

RELATÓRIO & CONTAS 2015



GARANTIA
SEGUROS

JUNTOS POR UM FUTURO SEGURO



RELATÓRIO & CONTAS 2015

Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA

GARANTIA

Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.

Capital Social 400.000.000\$00 CVE

Matrícula N° 13

NIF: 200110322

www.garantia.cv

Sede

Chã de Areia,

C.P. 138 – Praia

Tel.: (+238) 260 86 00

Fax: (+238) 261 61 17

Senhores Accionistas,

No cumprimento dos preceitos legais e estatutários instituídos, vem o Conselho de Administração da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2015.

O Conselho de Administração,

ÍNDICE:

1. Órgãos Sociais	7
2. Principais Indicadores	8
3. Apresentação da Garantia	9
4. Enquadramento Macroeconómico	10
5. Evolução do Sector Segurador em Cabo Verde	11
6. Actividade da Companhia	12
7. Recursos Humanos.....	14
8. Actividade Económica	14
8.1. Prémios de Seguro Directo e de Resseguro	14
8.2. Custos de Exploração.....	15
8.3. Sinistralidade	16
8.4. Custos Por Natureza	17
8.5. Rácio Combinado Não Vida	17
8.6. Cobrança	17
9. Actividade Financeira	18
9.1. Carteira de Investimentos.....	18
9.2. Provisões Técnicas.....	19
9.3. Representação das Provisões Técnicas	19
10. Resultado e Capital Próprio	20
10.1. Resultados da Companhia	20
10.2. Capitais Próprios	20
11. Perspectivas de Evolução.....	20
12. Proposta de Aplicação de Resultados	21
13. Considerações Finais.....	22
14. Relatório do Actuário.....	23
15. Demonstrações Financeiras	25
16. Anexo às Contas	31
17. Relatório do Auditor Externo	115
18. Relatório e Parecer do Fiscal Único	119

1. Órgãos Sociais

Assembleia-Geral

Presidente:	Dr. David Hopffer Almada
Vice Presidente	Dr. Amaro Alexandre da Luz
Secretário:	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro (até 30 de Março de 2015) Dra. Maria Isabel Toucedo Lage (a partir de 30 de Março de 2015)

Conselho de Administração

Presidente:	Dr. Eugénio Manuel dos Santos Ramos
Vogal:	Dr. Jorge Fernando Gonçalves Alves
Vogal:	Dr. Adérito Tavares Fernandes
Vogal:	Dr. Francisco Pinto Machado Costa
Vogal:	Dr. Fernando Jorge do Livramento Santos da Moeda (até 30 de Março de 2015) Dr. Francisco Miguel Lupi Alves Caetano (a partir de 30 de Março de 2015)

Comissão Executiva

Presidente	Dr. Jorge Fernando Gonçalves Alves
Administrador Executivo	Dr. Adérito Tavares Fernandes
Administrador Executivo	Dr. Francisco Pinto Machado Costa

Conselho Fiscal

Fiscal Único	Dr. João Marcos Alves Mendes
Suplente	Dr. Adelino Vital Fonseca

2. Principais Indicadores

	2013	2014	2015
Comercial			
Prémios de Seguro Directo (em contos)	1.237.994	1.161.578	1.224.226
Taxa de Crescimento - Vida	-3%	-5%	66%
Taxa de Crescimento - Não Vida	-8%	-6%	3%
Quota de Mercado (* Setembro/15)	58%	57%	58%
N.º de Agências	11	11	11
Taxa de Comissionamento	1,5%	1,7%	1,8%
Resseguro Cedido			
Taxa de Cedência	61%	51%	44%
Taxa de Comissionamento de Resseguro	25%	24%	22%
Sinistralidade			
Sinistralidade Global de Seguro Directo	33%	40%	28%
Sinistralidade Directa de Seguro Directo	31%	41%	28%
Sinistralidade Global Líquida de Resseguro Cedido	39%	44%	24%
Custo Com Sinistro de Res. ÷ Prémios de Resseguro	29%	37%	33%
Custo Com Sinistro de Res. ÷ Custo Com Sinistro de SD	54%	47%	53%
Autonomia Financeira e Solvabilidade			
Activo Líquido (em contos)	2.861.525	2.936.174	2.848.037
Capitais Próprios (em contos)	1.048.609	1.025.635	1.059.312
Passivos (em contos)	1.812.916	1.910.540	1.788.725
Cobertura de Margem de Solvência	350%	326%	353%
Cobertura das Provisões Técnicas	122%	112%	125%
Autonomia Financeira (Capital Próprio ÷ Provisões Técn.)	98%	90%	97%
Solvabilidade Total (Capital Próprio ÷ Passivo)	58%	54%	59%
Evolução dos Capitais Próprios	4%	-2%	3%
Resultados			
Resultado Líquido	79.622	170.897	106.612
Resultado Técnico	86.736	261.515	151.597
Resultado Líquido ÷ Prémios Adquirido Líquido	16%	30%	17%
Produtividade da Carteira (Resultado Técnico ÷ Prémio Líq.)	18%	46%	22%
Combined Ratio - Segmento Não Vida			
Combined Ratio	66%	79%	68%
Combined Ratio Líquido	89%	94%	84%
Custos de Gestão			
Custos Por Natureza ÷ Prémios de Seguro Directo	33%	37%	36%
Custos Com Pessoal ÷ Prémios de Seguro Directo	15%	18%	17%
Custos Com Pessoal ÷ Custos Por Natureza	46%	47%	48%
Custo Médio Por Empregado (em contos)	1.970	2.064	2.199

3. Apresentação da Garantia

A Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde S A, resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Previdência Social (ISPS) ocorrida em 30 de Outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei nº 136/91 de 2 de Outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os activos e passivos relacionados com o sector segurador.

Assim, iniciou a sua actividade em 01 de Novembro de 1991 e, desde então, ocupa lugar de relevo na economia cabo-verdiana, com uma forte implementação no mercado e uma grande solidez financeira.

No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme Resolução do Conselho de Ministros nº 46/99 de 27 de Setembro de 1999, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos e pelo Banco Interatlântico adquiriu 95% da participação do Estado na Companhia, passando a estrutura accionista a ser a seguinte:

- Agrupamento Caixa Geral de Depósitos / Banco Interatlântico: 45,9%;
- Banco Comercial do Atlântico: 35%;
- Instituto Nacional de Previdência Social: 12,2%;
- Correios de Cabo Verde: 4,5%;
- Estado de Cabo Verde: 2,4%.

No ano de 2014, a Companhia de Seguros Fidelidade adquiriu a totalidade da participação do Agrupamento Caixa Geral de Depósitos / Banco Interatlântico, no capital social da Garantia e uma parte da participação do Banco Comercial do Atlântico na Garantia. Também, o Estado de Cabo Verde alienou 3.105 acções aos trabalhadores. A estrutura accionista passou a ser a seguinte:

- Companhia de Seguros Fidelidade SA: 55,8945%;
- Banco Comercial do Atlântico: 25,00%;
- Instituto Nacional de Previdência Social: 12,19%;
- Correios de Cabo Verde: 4,50%;
- Trabalhadores da Garantia: 1,5525%;
- Estado de Cabo Verde: 0,863%.

A Garantia oferece aos seus clientes soluções variadas no ramo não vida e vida, cobrindo os mais diversos riscos de danos patrimoniais e corporais.

Beneficiando das sinergias proporcionadas com a sua ligação ao Banco Comercial do Atlântico e à Companhia de Seguros Fidelidade SA (Seguradora Portuguesa), a Garantia, ao longo desses anos, manteve-se sempre a líder no sector segurador cabo-verdiano.

Ciente das responsabilidades que a posição de liderança impõe, a Garantia tem como valores:

- Respeito pelos princípios éticos e transparência de conduta com as partes interessadas;

- Actuação proactiva e focada no cliente;
- Qualidade nos processos e no atendimento aos clientes;
- Qualidade no relacionamento interno, com base em factores de confiança e solidez;
- Capital humano como diferencial competitivo;
- Trabalho em equipa como factor de integração e produtividade;
- Valorização do trabalho inovador;
- Responsabilidade sócio ambiental;
- Gestão com foco no resultado e no atendimento às expectativas dos clientes, parceiros e accionistas.

4. Enquadramento Macroeconómico

Segundo o World Economic Outlook (WEO) de Janeiro, publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), estima-se que a economia mundial irá crescer 3,1% em 2015, face aos 3,4% estimados para 2014. Este abrandamento é fruto da desaceleração das economias emergentes e do fraco crescimento das economias mais avançadas. A estimativa de crescimento para a economia dos países emergentes é de 4,6% em 2014 e 4,0% em 2015. Espera-se, para a economia dos países mais avançados, um crescimento de 1,8% e de 1,9%, respectivamente.

Não obstante o abrandamento da economia global, notou-se um melhor desempenho por parte dos principais parceiros económicos de Cabo Verde. Segundo o mesmo documento do FMI, estima-se um crescimento de 2,5% em 2015 para a economia dos EUA. A Zona Euro, principal parceiro económico de Cabo Verde, reforçou a sua tendência de recuperação. A estimativa de crescimento apresentada pelo FMI, para 2015, é de 1,5% em 2015.

Espera-se um abrandamento no crescimento da economia chinesa, com estimativa de crescimento de 6,9% para 2015. Este abrandamento irá ter um impacto negativo nas economias africanas, incluindo a cabo-verdiana.

Segundo o Relatório da Política Monetária, publicado em Dezembro de 2015 pelo Banco de Cabo Verde (BCV), a economia nacional beneficiou, ao longo de 2015, de uma evolução positiva na procura externa, nas remessas dos emigrantes e no investimento externo. O Banco Central estima um crescimento económico de 2,5% a 3% para 2015.

A dinâmica empresarial continua fraca, não influenciando de forma expressiva o crescimento do PIB e do emprego.

A seca de 2014 e os efeitos da erupção vulcânica do Fogo, provocaram um aumento do preço dos produtos internos. No entanto, este aumento foi compensado pelo decréscimo da inflação importada,

nomeadamente de matérias-primas energéticas. Estima-se um decréscimo de 0,2% na taxa de inflação média em 2015.

A economia nacional também vem sofrendo impactos muito positivos com uma forte recuperação das receitas de Turismo. Mesmo assim, as reservas internacionais do país apresentaram uma redução, devido a um expressivo aumento das aplicações dos bancos cabo-verdianos no exterior e ao pagamento da dívida pública.

Para 2016, espera-se uma contínua melhoria nos indicadores macroeconómicos, suportados por um gradual crescimento da economia da Zona Euro, da procura turística, do rendimento disponível das famílias, da confiança dos agentes económicos e do crédito ao sector privado. Por outro lado, espera-se uma contínua redução dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais. Espera-se a manutenção da tendência decrescente das taxas de juro Euribor, às quais um volume considerável de dívida externa de Cabo Verde está indexado.

Segundo o Banco de Cabo Verde, “nos próximos meses, a política monetária deverá manter-se centrada na preservação das reservas externas em níveis adequados ao perfil de risco e à estabilidade macroeconómica e financeira do país”. A previsão é de um decréscimo no investimento público e de um fraco crescimento nas receitas fiscais.

As projecções apresentadas pelo Banco de Cabo Verde, no Relatório de Política Monetária de Dezembro de 2015, apontam para uma subida de 2,2% na taxa de inflação média e de 2,5% - 3,5% no produto interno bruto.

5. Evolução do Sector Segurador em Cabo Verde

Reflectindo a melhoria nos indicadores macroeconómicos do país em 2015, o mercado segurador nacional voltou a apresentar uma evolução positiva na carteira de prémios de seguro directo.

O total do volume de prémios, a 30 de Setembro, era de 1.677.120 contos, o que representa um crescimento homólogo de 4,3%, beneficiando de um acentuado crescimento no montante de prémios do agregado Vida.

A nível nacional, esse agregado apresentava, em Setembro, um aumento de 37%, impulsionado pela carteira de seguros Vida da Garantia (que crescia a 60%). Mesmo com uma subida tão acentuada, o peso deste agregado no total da carteira continua baixo (7% em Setembro de 2015 e 5% em Dezembro de 2014).

O agregado Não-Vida crescia, a 30 de Setembro de 2015, a uma taxa de 2,6%, com destaque para Responsabilidade Civil que crescia a uma taxa de 15.3%, impulsionado também pela carteira da

Garantia (com crescimento de 30,4%). No ramo automóvel, o mais representativo na estrutura da carteira (39%), a competitividade continua a ter um forte impacto no nível de preços praticados, pelo que, em 2015, este ramo manteve-se igual a 2014.

De recordar que, em Dezembro de 2014, o volume total de prémios apresentou um decréscimo de 5,2% face a Dezembro de 2013 (com Vida a decrescer 11,0% e Não Vida 4,9%).

A Garantia continua a liderar o mercado, com uma quota de 58%. Em Dezembro de 2014, esta quota era de 57%.

A taxa de cedência do mercado foi de 44% e de sinistralidade global de 33% (em Dezembro de 2014 foram de 46% e 38%, respectivamente).

6. Actividade da Companhia

Desde há alguns anos a esta parte a Companhia tem apostado no desenvolvimento, interno de uma série de iniciativas inovadoras que lhe permitem garantir sustentabilidade à sua estratégia de diferenciação. O ano de 2015 não foi diferente e concretizaram-se diversas iniciativas das quais se destacam:

- Aplicações Informáticas: Desenvolvimento das aplicações Gestão de Pedido de Cotações, Gestão de Visitas a Clientes, Gestão de Pedidos de Suporte, Comunicação de Operações Suspeitas, novas funcionalidades do Garantia Mobile, bases de dados de tratamento de reclamações, gestão de não conformidades e oportunidades de melhoria;
- Produtos: Desenvolvimento/reformulação dos produtos Assistência em Viagem e Viagem Cartões de Crédito (Novo); Bases do Novo Seguro de Saúde – Individual e Grupo; SOAT (Adequação à Legislação em Vigor); Reformulação do Produto Construções e Montagens, melhoria da Competitividade dos Produtos PPR/E, Multi-risco Profissional e Assistência em Viagem;
- Distribuição: Nova Loja de Mediação Exclusiva em Achada Grande – Porto da Praia, estruturação da nova Agência em Ribeira Grande Santo Antão (inaugurada a 16-01-2016);
- Diversos: Alteração da Missão, Visão e Valores da Companhia, renovação da certificação do Sistema de Gestão nos termos da NP EN ISO 9001:2008.

A Companhia foi eleita pela 6ª vez consecutiva a seguradora em que os cabo-verdianos mais confiam.

No âmbito da sua política de Responsabilidade Social, a Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, tem desempenhado um papel significativo no apoio ao desenvolvimento económico e social do país. Tem actuado em várias áreas da sociedade, desenvolvendo acções de mecenato, de

solidariedade e de beneficência, apoiando projectos com impacto social e cultural manifesto através da sua política de responsabilidade social assente nos seguintes pilares:

- Cultura

Por exemplo, os patrocínios:

- ✓ Ao espetáculo Atlantic Music Expo CV 2015;
- ✓ À Exposição de pintura dos irmãos Levy;
- ✓ Ao lançamento de livros, como por exemplo, “As aventuras de Cety na ilha de Santo Antão” (de Sónia Jardim), “Cabo verde – Cidades, Território e Arquitectura” (de José Manuel Fernandes, Maria de Lurdes e Ana Vaz Milheiro) e “Cabo Verde Visto do Ar” (de Nuno Augusto e David Santos);
- ✓ Ao lançamento de disco, como por exemplo, “Festa Fora” (do grupo Ferro Gaita) e “Piscador” de João Ramos.

- Desporto

Por exemplo, os patrocínios:

- ✓ À Federação Cabo-verdiana de Futebol
- ✓ À Fundação EPIF - Escola Preparatória Integral de Futebol
- ✓ À Associação Académica da Praia
- ✓ Ao Grupo Desportivo e Cultural da Praia (Andebol e Futebol)
- ✓ Ao campeonato de surf West Africa Surf Tour
- ✓ Ao Clube Desportivo ABC (Andebol)
- ✓ À Federação Cabo-Verdiana de Atletismo

- Educação

Por exemplo, a oferta de kits escolares à Fundação Cabo-verdiana de Acção Social e Escolar

- Solidariedade

Por exemplo, o patrocínio:

- ✓ À 3ª Gala Beneficência da Associação Mon na Roda
- ✓ Ao Banco Alimentar Contra a Fome
- ✓ Ao Mamógrafo do Hospital Baptista de Sousa
- ✓ Ao Natal dos principais hospitais do país

- Ambiente

Por exemplo, o patrocínio a:

- ✓ Actividades do dia do ambiente, no Parque Natural Serra Malagueta;
- ✓ Associação Bons Amigos dos Animais.

Além de participar activamente na economia e vida social do país, a Garantia tem procurado desenvolver produtos e parcerias que potenciem a protecção de todas as camadas sociais.

7. Recursos Humanos

A 31 de Dezembro de 2015, a Garantia contava com um total de 96 colaboradores, o que significa uma diminuição de 3 colaboradores face a 2014.

A idade média diminuiu de 43 para 42 anos face a 2014, e o nível de antiguidade médio dos colaboradores manteve-se nos 15 anos.

Relativamente à distribuição por géneros, temos uma predominância das mulheres relativamente aos homens a exercer funções na Companhia (57 contra 39), constituindo um indicador positivo para a igualdade e equidade do género.

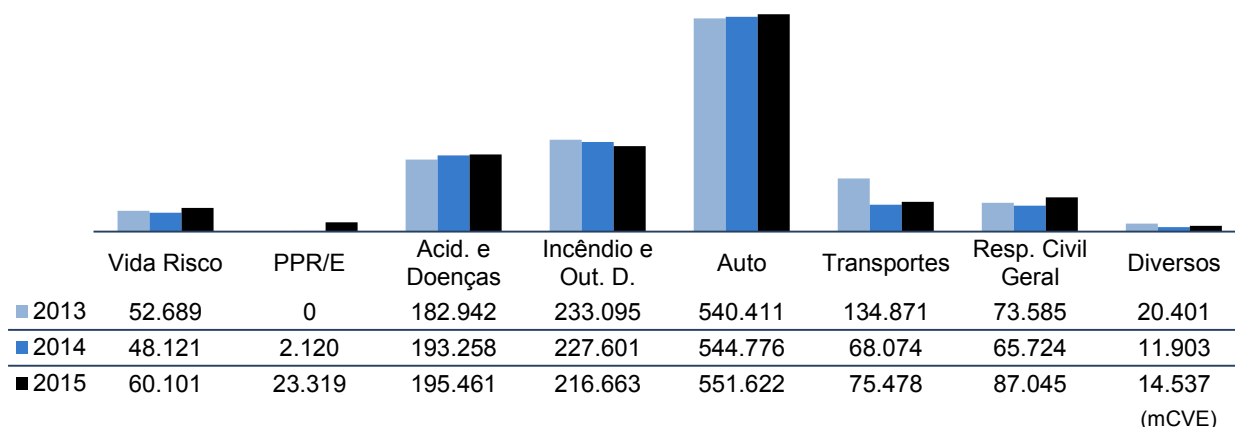
Em termos de grau académico, houve uma diminuição de colaboradores com ensino secundário (48 em 2014 para 45 em 2015) o que fez com que igualasse em termos de número os colaboradores com ensino superior (45 colaboradores). Prevê-se ainda que, em 2016, esse número possa inverter a favor dos colaboradores com ensino superior, na medida em que, a política de admissão de pessoal da Companhia está virada para o recrutamento de jovens licenciados, bem como a saída de colaboradores para a reforma, cujo grau académico é o ensino secundário.

No aspecto da formação, destacam-se as acções desenvolvidas sobre o “Atendimento, Qualidade de Serviço e Proactividade Comercial” e o “Desenvolvimento de Competências de Gestão e Liderança”, dirigidas aos colaboradores com funções comerciais e chefias com responsabilidade de gestão e liderança de equipas.

8. Actividade Económica

8.1. Prémios de Seguro Directo e de Resseguro

Durante o exercício de 2015, a Garantia emitiu um volume de prémios de seguro directo de 1.224.226 contos. Este valor é 5,4% (62.648 contos) acima do emitido em 2014.



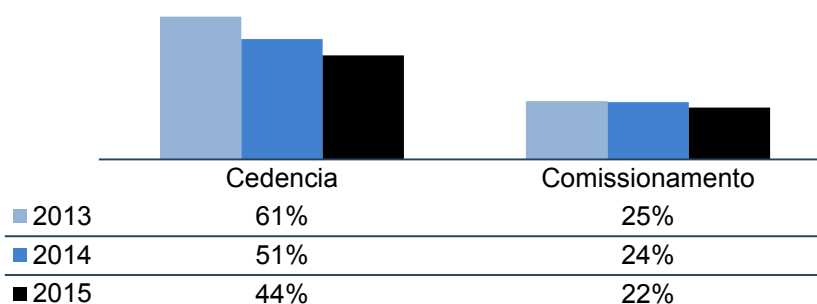
O segmento Vida cresceu 66,0%, com Vida Risco a crescer 25% e PPR/E com um crescimento muito significativo, embora ainda registando valores absolutos pouco elevados.

O agregado Não-Vida cresceu, no total, 2,7%. Neste segmento, destacaram-se os seguros de Responsabilidade Civil Geral, Transportes e Diversos com crescimentos de 32,4%, 10,9% e de 22,1%, respectivamente.

O ramo automóvel, ao longo dos últimos anos, tem apresentado taxas de crescimento muito baixas, em consequência, sobretudo, da forte competitividade entre as seguradoras, com enfoque no preço. Em 2015, a carteira de prémios neste agregado, cresceu 1,3%.

Devido, sobretudo, à diminuição de grandes obras públicas e dos respectivos seguros, o ramo Construção e Montagem decresceu 35% (19.100 contos). Consequentemente, o agregado Incêndio e Outros Danos apresentou um decréscimo de 4,8% face ao ano anterior.

A nível de resseguro cedido, as taxas de cedência e de comissionamento apresentaram os seguintes valores:



8.2. Custos de Exploração

Os custos com remuneração de mediação atingiram o montante de 21.674 contos, o que representa um aumento de 8% face aos de 2014:

	2013		2014		2015	
	Comissão		Comissão	Tx. Com.	Comissão	T.v.h. Tx. Com.
Vida	1.079		1.207	2,4%	1.520	26% 1,8%
Vida Risco	1.079		1.207	2,5%	1.512	25% 2,5%
PPR/E	0		0	0,0%	8	0,0%
Não Vida	17.107		18.865	1,7%	20.154	7% 1,8%
Acidentes e Doenças	4.268		3.993	2,1%	2.973	-26% 1,5%
Incêndio e Out. Danos	3.050		4.968	2,2%	4.864	-2% 2,2%
Automóvel	5.628		6.228	1,1%	6.584	6% 1,2%
Transportes	1.447		1.342	2,0%	1.675	25% 2,2%
Responsabilidade C. G.	2.470		2.163	3,3%	3.902	80% 4,5%
Diversos	244		170	1,4%	155	-9% 1,1%
Total	18.186		20.073	1,7%	21.674	8% 1,8%

(Comissão em mCVE)

As despesas de aquisição imputadas foram de 107.007 contos. O total de custos de exploração perfaz 128.681 contos (remuneração de mediação e despesas de aquisição imputadas), o que representa um aumento de 3% face a 2014.

8.3. Sinistralidade

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro e acrescidos dos custos de gestão imputados, foram de 226.575 contos em 2015 e de 316.034 contos em 2014 (um decréscimo de 28%).

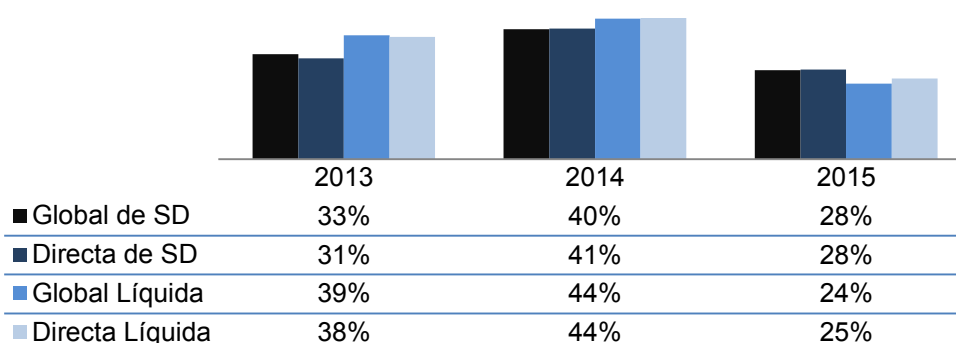
Em 2015, fruto de maior eficiência na gestão de sinistros, ocorreu um maior número de encerramento de processos, originando uma diminuição de provisão para sinistros.

Sem os custos de gestão imputados, em Dezembro de 2015, os custos com sinistros de seguro directo foram 339.565 contos, o que representa um decréscimo de 130.728 contos (28%) face ao ano anterior:

	2013		2014		2015		
	Custo	Custo	T.v.h.	T. Sin.	Custo	T.v.h.	T. Sin.
Seguro Directo							
Vida	1.000	4.726	373%	9%	15.028	218%	18%
Vida Risco	1.000	4.726	373%	10%	15.000	217%	25%
PPR/E					28		0%
Não Vida	403.379	465.567	15%	42%	324.537	-30%	28%
Acidentes e Doenças	22.562	17.996	-20%	9%	16.202	-10%	8%
Incêndio e Outros Danos	9.243	34.532	274%	15%	85.582	148%	40%
Automóvel	281.718	341.678	21%	63%	193.304	-43%	35%
Transportes	73.733	66.651	-10%	98%	16.594	-75%	22%
Responsab. Civil Geral	2.658	5.879	121%	9%	6.833	16%	8%
Diversos	13.465	-1.169	-109%	-10%	6.022	-615%	41%
Total	404.379	470.293	16%	40%	339.565	-28%	28%
Líquido de Resseguro	187.068	247.596	32%	44%	160.040	-35%	24%

(mCVE)

As taxas de sinistralidade tiveram o seguinte comportamento:



8.4. Custos Por Natureza

Os custos por natureza a imputar apresentaram um aumento de 0,9% face aos custos de 2014: 437.103 contos em 2015 e 433.143 contos em 2014:

	2013	2014			2015		
		Custo	T.v.h.	Peso	Custo	T.v.h.	Peso
Custo Com Pessoal	187.107	204.378	9%	47%	211.121	3%	48%
FSE	138.326	147.259	6%	34%	150.230	2%	34%
Impostos e Taxas	21.644	20.878	-4%	5%	22.013	5%	5%
Amortizações do Ex.	54.212	46.100	-15%	11%	46.564	1%	11%
Juros Suportados	5.834	9.364	60%	2%	6.567	-30%	2%
Comissões	200	5.164	2477%	1%	609	-88%	0%
Total	407.324	433.143	6%	100%	437.103	1%	100%

(mCVE)

8.5. Rácio Combinado Não Vida

O rácio combinado Não-Vida líquido de resseguro foi de 84%, inferior ao de 2014 (94%). Este decréscimo foi fruto do comportamento do loss ratio líquido que foi de 26,9% em 2015 e 45,4% em 2014. O expense ratio líquido, por seu lado, foi de 57,2% em 2015 e de 48,3% em 2014.

8.6. Cobrança

Em 2015, conseguiu-se cobrar 91% do máximo cobrável, face aos 89% de 2014.

	2014	2015	Variação	
Por cobrar a 31 de Dezembro do ano anterior	221.240	164.380	-57.946	-26%
Foram cobrados	1.269.664	1.340.691	71.027	6%
Ficaram por cobrar	164.380	124.847	-37.303	-23%

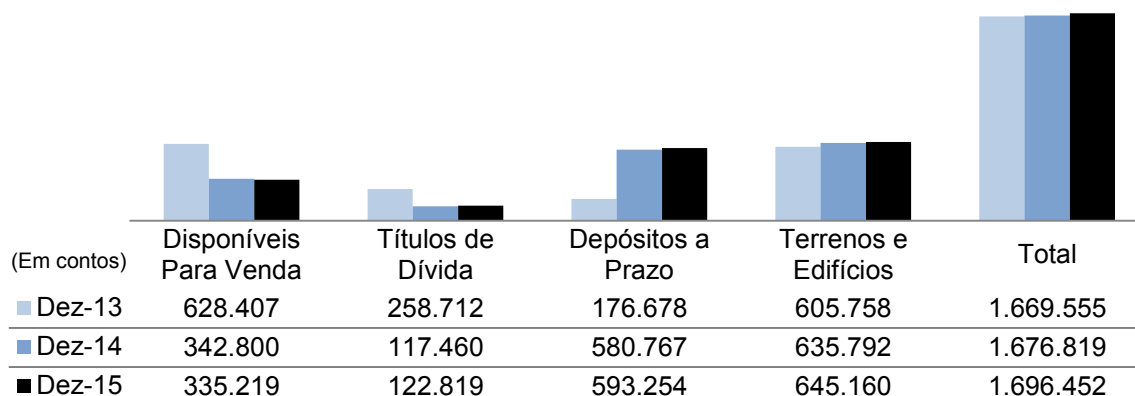
(Em contos)

O prazo médio de cobrança foi de 37 dias em 2015 e 51 dias em 2014.

9. Actividade Financeira

9.1. Carteira de Investimentos

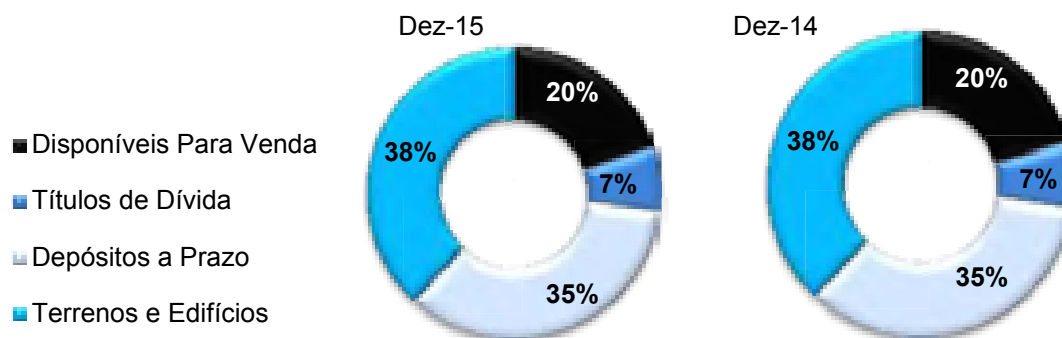
A carteira de investimentos atingiu o valor de 1.696.452 contos, o que representa um aumento de 1% (19.633 contos) face a 2014.



Os activos disponíveis para venda decresceram 2% (7.581 contos), devido à alienação da nossa participação na Promoleasing e de desvalorização das acções da CVC. De recordar que, em 2014 houve um decréscimo nesta rubrica devido à alienação um lote de acções do Banco Comercial do Atlântico. Parte da receita desta alienação foi canalizada para depósitos a prazo.

Devido a benfeitorias num dos edifícios em carteira, a rubrica terrenos e edifícios líquido apresentou um aumento de 9.369 contos (1%) face a Dezembro de 2014.

A estrutura da carteira manteve-se, sensivelmente, igual à de 2014, com terrenos e edifícios a predominar com um peso de 38%:



A alienação do lote das acções do Banco Comercial do Atlântico, fez com que o rendimento de investimentos afectos decrescesse 86%: 266.336 contos em 2014 e 38.566 contos em 2015.

O rendimento de investimentos não afectos, por seu lado, apresentou um crescimento de 77% face a 2014: 11.059 contos em 2014 e 19.571 contos em 2015.

9.2. Provisões Técnicas

O total das Responsabilidades Técnicas, no fim do exercício de 2015, foi de 1.090.882 contos, isto é, 5% inferior a 2014. Este decréscimo deveu-se ao encerramento de vários processos de sinistros e, consequentemente, diminuição no volume de Provisão Para Sinistros.

	2013	2014	2015
Provisão para prémios não adquiridos	168.808	175.651	183.303
Provisão Matemática	12.967	14.526	40.854
Provisão para sinistros	888.886	952.417	866.725
De vida	6.274	6.000	1.000
De acidentes de trabalho	190.907	184.122	172.572
De automóvel	574.029	614.310	527.725
De outros ramos	117.675	147.986	165.427
Total de Provisões Técnicas	1.070.661	1.142.594	1.090.882

(mCVE)

A Garantia, além do acompanhamento actuarial das provisões para sinistro feito pela actuária interna, recorre também a análises de provisões para sinistros aos ramos automóvel e acidentes de trabalho, por serem os mais significativos, feitas por actuários externos, a empresa Magentakconcept – Consultores, Lda., representada pelo Professor Doutor Pedro Corte Real, que considera as provisões suficientes.

9.3. Representação das Provisões Técnicas

O montante de investimentos afectos às provisões técnicas, a 31 de Dezembro de 2015, era de 1.123.020 contos. Superou as responsabilidades em 122.327 contos.

	Dez-13	Dez-14	Dez-15
Disponíveis Para Venda	437.443	319.906	339.940
Títulos de Dívida	281.877	117.461	122.819
Depósitos a Prazo	176.678	399.059	271.254
Terrenos e Edifícios	382.763	380.982	389.008
Depósito à Ordem e Caixa	26.407	66.844	90.189
Total	1.305.168	1.284.252	1.213.209
Provisões Técnicas	1.070.661	1.142.594	1.090.882
Rácio de Cobertura	119%	122%	125%

(mCVE)

No final do exercício de 2015, a margem de solvência exigível nos termos legais era de 285.447 contos e os elementos constitutivos da mesma era de 1.008.068 contos. O rácio de cobertura da margem de solvência foi de 353%. De recordar que, tinha sido de 326% em 2014 e de 350% em 2013.

Assim, a Companhia tem inteiramente cobertas as suas responsabilidades para com os segurados e terceiros, cumpriu os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras, bem como os níveis de margem de solvência e do fundo de garantia, excedendo os valores mínimos legalmente fixados.

10. Resultado e Capital Próprio

10.1. Resultados da Companhia

O resultado técnico de 2015 foi de 151.597 contos. O de 2014, devido aos ganhos obtidos com a alienação de um lote de acções do Banco Comercial do Atlântico, atingiu o montante de 261.516 contos.

O resultado líquido de 2015 foi de 106.612 contos, 38% inferior ao de 2014 (170.897 contos).

O resultado por acção desceu de 854 escudos para 533 escudos.

10.2. Capitais Próprios

Apesar do decréscimo no resultado do exercício, os Capitais Próprios atingiram o valor de 1.079.461 contos, o que representa um aumento de 5% face ao ano anterior. Este aumento foi impulsionado pelas Reservas, que aumentaram 118.110 contos (29%):

	2013		2014		2015	
	Valor		Valor	T.v.h.	Valor	T.v.h.
Capital Social	400.000		400.000	0%	400.000	0%
Reservas						
De reavaliação	368.900		172.796	-53%	168.216	-3%
Por impostos diferidos	-93.704		-43.697	-53%	-43.693	0%
Outras reservas	247.772		279.621	13%	382.159	37%
Resultados transitados	46.019		46.019	0%	46.019	0%
Resultado do exercício	79.622		170.897	115%	106.612	-38%
Capital Próprio	1.048.609		1.025.635	-2%	1.059.312	3%

(mCVE)

A rentabilidade dos capitais próprios foi de 9,9%, face aos 16,7% de 2014 e 7,6% de 2013.

11. Perspectivas de Evolução

Para 2016, perspectiva-se uma ligeira recuperação nos indicadores de desempenho macroeconómico de Cabo Verde, com a actividade seguradora a acompanhar esta recuperação.

Em termos de estrutura de carteira, para 2016 espera-se um contínuo aumento do ramo Vida com dinamização da comercialização dos produtos Plano Poupança Reforma/Educação e Seguro de Vida

Crédito Hipotecário. Para o segmento Não-Vida, espera-se uma evolução positiva dos prémios, provocada, sobretudo, pelo aumento da oferta de novos produtos, em especial o de saúde.

A Garantia pretende dar principal destaque à diversificação da carteira de apólices, à diversificação dos canais de distribuição e optimização da sua integração e, à dinamização da venda dos seguros Plano Poupança Reforma, Saúde e Acidentes de Trabalho.

Também é objectivo da Companhia, para 2016, consolidar a sua quota de mercado, melhorando cada vez mais a qualidade de serviços, sem descurar a rentabilidade técnica dos ramos Vida e Não Vida.

12. Proposta de Aplicação de Resultados

Para o Resultado Líquido apurado no exercício, no valor de 106.611.572,00 CVE (cento e seis milhões, seiscentos e onze mil, quinhentos e setenta e dois escudos), o Conselho de Administração deliberou propor aos accionistas a seguinte aplicação de resultados:

- Reserva Legal: 10.661.157,00 CVE
- Outras Reservas: 31.983.472,00 CVE
- Distribuição de dividendos: 63.966.943,00 CVE

13. Considerações Finais

Ao terminar este relatório, o Conselho de Administração manifesta o seu profundo agradecimento a todas as pessoas e instituições que mais contribuíram para os resultados alcançados no exercício, e em especial:

Ao Ministério das Finanças e ao Banco de Cabo Verde, pelo diálogo construtivo que sempre mantiveram com o Conselho de Administração;

À Mesa da Assembleia-Geral e ao Fiscal Único, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da actividade da empresa;

Aos Mediadores, Corretores e Resseguradores, pelo apoio prestado e pela confiança com que honram a Companhia;

À Companhia de Seguros Fidelidade SA, por todo o apoio prestado;

A todos os colaboradores que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização da Garantia.

Para os nossos clientes, gostaríamos de deixar aqui uma especial palavra de reconhecimento pela preferência pela Garantia e pelo estímulo para uma melhoria permanente da qualidade de serviço.

Data 2 de Março de 2016

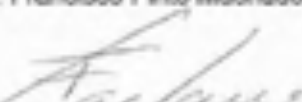
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,


Dr. Eugénio Manuel dos Santos Ramos – Presidente do Conselho de Administração


Dr. Jorge Fernando Gonçalves Alves – Vogal do Conselho de Administração


Dr. Adérito Tóvares Fernandes – Vogal do Conselho de Administração


Dr. Francisco Pinto Machado Costa – Vogal do Conselho de Administração


Dr. Francisco Miguel Lupi Alves Caetano – Vogal do Conselho de Administração

14. Relatório do Actuário

As principais conclusões a que se chegaram na análise efectuada às Provisões Técnicas de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente Portaria nº 110/78 de 31 de Dezembro, o Aviso nº 1/2000 e o Aviso nº 14/99 emitidas pelo Banco de Cabo Verde - BCV foram:

Provisões Técnicas – Não Vida

As provisões técnicas estão calculadas de acordo com a legislação em vigor.

Em 31 de Dezembro de 2015, o montante das provisões técnicas para sinistros e das provisões matemáticas dos ramos não-vida eram globalmente suficientes.

(Ver relatório actuária)


Provisões Técnicas – Vida

As provisões matemáticas do Ramo Vida foram determinadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pelo Banco de Cabo Verde.

Os valores das provisões matemáticas do Ramo Vida, em 31 de Dezembro de 2015, obedecem aos princípios e aos métodos de cálculo estabelecidos no Aviso nº 14/99.

Considerando os factos anteriormente mencionados, têm-se por adequadas as provisões matemáticas do Ramo Vida.

Praia, 29 de Fevereiro de 2016



Sara Helena Pires - Actuária
Sócio nº 558 do Instituto dos Actuários Portugueses

15. Demonstrações Financeiras

- Demonstração do Resultado do Exercício
 - Balanço do Exercício

Activo	Valor bruto	Imparidade e amortização	Valor líquido
Depósito Bancário e Caixa	90.189	0	90.189
Activos disponíveis para venda	359.610	24.390	335.219
Empréstimos e contas a receber	728.062	11.989	716.073
Outros empréstimos	134.808	11.989	122.819
Outros depósitos	593.254	0	593.254
Terrenos e edifícios	692.075	46.915	645.160
Serviço próprio	387.665	46.915	340.750
Rendimento	304.411	0	304.411
Outros activos tangíveis	263.793	164.843	98.951
Inventários	1.290	0	1.290
Outros activos intangíveis	51.620	41.179	10.441
Provisões técnicas de resseguro	543.649	0	543.649
Provisão para prémios não adquiridos	56.398	0	56.398
Provisão matemática	8.939	0	8.939
Provisão para sinistros	478.312	0	478.312
Outros devedores por operações	450.634	110.397	340.238
Seguro directo	191.168	67.589	123.579
Resseguro	84.801	16.023	68.778
Outras operações	174.666	26.784	147.881
Activos por impostos	32.357	0	32.357
Activos por impostos correntes	16.330	0	16.330
Activos por impostos diferidos	16.028	0	16.028
Acréscimos e diferimentos	34.470	0	34.470
Total de Activo	3.247.750	399.713	2.848.037

(mCVE)

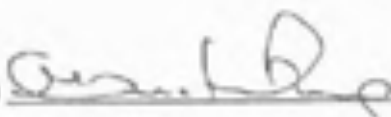
Directora Financeira

Conselho de Administração

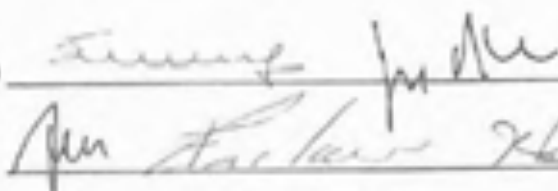
Passivo e capital próprio	Valor bruto	Imparidade e amortização	Valor líquido
Capital Social	400.000	0	400.000
Reservas de reavaliação	168.216	0	168.216
Por ajustamentos activos financeiros	168.216	0	168.216
Reserva por impostos diferidos	-43.693	0	-43.693
Outras reservas	382.159	0	382.159
Resultados transitados	46.019	0	46.019
Resultado do exercício	106.612	0	106.612
Total de Capital Próprio	1.059.312	0	1.059.312
Provisões técnicas	1.090.882	0	1.090.882
Provisão para prémios não adquiridos	183.303	0	183.303
Provisão Matemática	40.854	0	40.854
Provisão para sinistros	866.725	0	866.725
De vida	1.000	0	1.000
De acidentes de trabalho	172.572	0	172.572
De automóvel	527.725	0	527.725
De outros ramos	165.427	0	165.427
Outros passivos financeiros	215.087	0	215.087
Depósitos recebidos de resseguradoras	215.087	0	215.087
Outros credores por operações de seguros	270.317	0	270.317
Contas a pagar de seguro directo	112.142	0	112.142
Contas a pagar de resseguro	84.907	0	84.907
Contas a pagar por outras operações	73.268	0	73.268
Passivos por impostos	105.391	0	105.391
Impostos correntes	43.684	0	43.684
Impostos diferidos	61.707	0	61.707
Acréscimos e diferimentos	58.769	0	58.769
Outras provisões	48.278	0	48.278
Total de Passivo	1.788.725	0	1.788.725
Total de Passivo e Capital Próprio	2.848.037	0	2.848.037

(mCVE)

Directora Financeira



Conselho de Administração



Ganhos e Perdas	Vida	Não-vida	Não técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	51.543	584.989	0	636.532
Prémios brutos emitidos	83.419	1.140.807	0	1.224.226
Prémios de resseguro cedido	-31.876	-511.653	0	-543.529
Varição de provisão prémios não adquiridos	0	-7.653	0	-7.653
Var. de provisão prémios não adquiridos de ress.	0	-36.511	0	-36.511
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-2.528	-224.046	0	-226.575
Montantes pagos	-3.025	-277.943	0	-280.968
Montantes brutos	-20.025	-466.944	0	-486.970
Parte dos resseguradores	17.000	189.001	0	206.001
Varição de provisão para sinistros	497	53.896	0	54.393
Montante bruto	4.997	75.872	0	80.869
Parte dos resseguradores	-4.500	-21.975	0	-26.475
Provisão matemática líquida de resseguro	-24.868	0	0	-24.868
Montante bruto	-26.328	0	0	-26.328
Parte dos resseguradores	1.461	0	0	1.461
Custos e gastos de exploração líquidos	-9.675	-382.568	0	-392.242
Custos de aquisição	-4.171	-124.510	0	-128.681
Custos de aquisição diferidos (var.)	0	0	0	0
Gastos administrativos	-5.315	-247.960	0	-253.275
Gastos de Investimentos	-189	-10.097	0	-10.286
Comissões e participação no resultado de resseguro	5.961	114.330	0	120.291
Rendimentos	2.814	35.752	18.928	57.494
Juros activos financeiros	2.726	34.102	8.304	45.131
Outros	89	1.650	10.624	12.363
Ganhos líquido activo/passivo financeiro não valorizado	0	0	643	643
De activos disponíveis para venda	0	0	643	643
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	0	0	-25.851	-25.851
De outros	0	0	-25.851	-25.851
Outros rendimentos / gastos técnicos líquidos	0	-108	33.125	33.017
Varição de outras provisões	0	0	-21.403	-21.403
Outros rendimentos e gastos	0	0	-14.090	-14.090
Resultado Antes de Imposto	23.248	128.349	-8.649	142.948
Impostos correntes	0	0	-36.336	-36.336
Resultado Líquido do Exercício	23.248	128.349	-44.985	106.612

Directora Financeira

Conselho de Administração

16. Anexo às contas

ACTIVO	Notas	2015			2014
		Valor bruto	Imparidade Depreciações Amortizações Ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6; 9; 28	90.189	-	90.189	66.844
Activos disponíveis para venda	Anexo 1; 5; 9	359.610	(24.390)	335.219	342.800
Empréstimos e contas a receber	5; 9	728.062	(11.989)	716.073	698.227
Outros depósitos		593.254	-	593.254	580.767
Outros empréstimos		134.808	(11.989)	122.819	117.460
Terrenos e edifícios	7; 9	692.075	(46.915)	645.160	635.792
Terrenos e edifícios de uso próprio		387.665	(46.915)	340.750	351.210
Terrenos e edifícios de rendimento		304.411	-	304.411	284.582
Outros activos tangíveis	8; 9	263.793	(164.843)	98.951	127.377
Inventários		1.290	-	1.290	1.362
Outros activos intangíveis	10	51.620	(41.179)	10.441	16.527
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.1	543.649	-	543.649	605.176
Provisão para prémios não adquiridos		56.398	-	56.398	92.910
Provisão matemática		8.939	-	8.939	7.479
Provisão para sinistros		478.312	-	478.312	504.787
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	33	450.634	(110.397)	340.238	390.035
Contas a receber por operações de seguro directo		191.168	(67.589)	123.579	199.919
Contas a receber por outras operações de resseguro		84.801	(16.023)	68.778	79.384
Contas a receber por outras operações		174.666	(26.784)	147.881	110.732
Activos por impostos	22	32.357	-	32.357	25.277
Activos por impostos correntes		16.330	-	16.330	9.253
Activos por impostos diferidos		16.028	-	16.028	16.024
Acréscimos e diferimentos	35	34.470	-	34.470	26.757
TOTAL ACTIVO		3.247.750	(399.713)	2.848.037	2.936.174

(mCVE)

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2015.

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2015	2014
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	23	400.000	400.000
Reservas de reavaliação			
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	24	168.216	172.796
Reservas por impostos diferidos	24	(43.693)	(43.697)
Outras reservas	24	382.159	279.621
Resultados transitados		46.019	46.019
Resultado do exercício	25	106.612	170.897
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1.059.312	1.025.636
PASSIVO			
Provisões técnicas	4.1.	1.090.882	1.142.595
Provisão para prémios não adquiridos		183.303	175.651
Provisão para seguros e operações do ramo vida		40.854	14.526
Provisão para sinistros			
De vida		1.000	6.000
De acidentes de trabalho		172.572	184.122
De automóvel		527.726	614.310
De outros ramos		165.427	147.986
Outros passivos financeiros	5.3.	215.087	204.349
Depósitos recebidos de resseguradores		215.087	204.283
Outros passivos financeiros		-	66
Outros credores por operações de seguros e outras operações	34	270.317	332.179
Contas a pagar por operações de seguro directo		112.142	117.259
Contas a pagar por outras operações de resseguro		84.907	138.010
Contas a pagar por outras operações		73.268	76.910
Passivos por impostos	22	105.391	101.054
Passivos por impostos correntes		43.684	39.347
Passivos por impostos diferidos		61.707	61.707
Acréscimos e diferimentos	35	58.769	56.232
Outras provisões	11	48.278	74.129
TOTAL PASSIVO		1.788.725	1.910.538
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		2.848.037	2.936.174

(mCVE)

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2015.

CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Conta de ganhos e perdas	Notas	2015				2014
		Técnica Vida	Técnica não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	12; Anexo 4	51.543	584.989	-	636.532	563.447
Prémios brutos emitidos		83.419	1.140.807	-	1.224.226	1.161.578
Prémios de resseguro cedido		(31.876)	(511.653)	-	(543.529)	(595.806)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-	(7.653)	-	(7.653)	(6.842)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	(36.511)	-	(36.511)	4.517
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(2.528)	(224.046)	-	(226.574)	(316.034)
Montantes pagos						
Montantes brutos		(20.025)	(466.944)	-	(486.969)	(473.846)
Parte dos resseguradores		17.000	189.001	-	206.001	201.770
Provisão para sinistros (variação)						
Montante bruto		4.997	75.872	-	80.869	(64.886)
Parte dos resseguradores		(4.500)	(21.975)	-	(26.475)	20.928
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		(24.867)	-	-	(24.867)	(1.408)
Montante bruto		(26.328)	-	-	(26.328)	(1.559)
Parte dos resseguradores		1.461	-	-	1.461	151
Custos e gastos de exploração líquidos	19	(9.675)	(382.568)	-	(392.243)	(384.775)
Custos de aquisição		(4.171)	(124.510)	-	(128.681)	(124.385)
Custos com investimentos		(189)	(10.097)	-	(10.286)	(18.454)
Gastos administrativos		(5.315)	(247.960)	-	(253.275)	(241.936)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	13	5.961	114.330	-	120.291	145.941
Rendimentos	14	2.814	35.752	18.928	57.494	52.170
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		2.726	34.102	8.304	45.131	38.859
Outros		89	1.650	10.624	12.363	13.311
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	15	-	-	643	643	224.130
De activos disponíveis para venda		-	-	643	643	224.130
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades	16	-	-	-	-	1.093
Perdas de imparidade (líquidas de reversões)		-	-	(25.851)	(25.851)	(14.927)
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-	(11.990)
De outros	8	-	-	(25.851)	(25.851)	(2.937)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	36	-	(108)	33.125	33.017	8.861
Outras provisões (variação)	11	-	-	(21.403)	(21.403)	(37.331)
Outros rendimentos/(gastos)	36	-	-	(14.090)	(14.090)	(15.470)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		23.248	128.349	(8.649)	142.948	225.697
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	22	-	-	(36.336)	(36.336)	(54.800)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	22	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25	23.248	128.349	(44.985)	106.612	170.897

(mCVE)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

	2015	2014
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	106.612	170.897
RENDIMENTO INTEGRAL NÃO RECONHECIDO NOS RESULTADOS		
Ganhos líquidos por alienação de activos financeiros disponíveis para venda	-	(196.104)
Variação das reservas para impostos diferidos	4	50.007
Variação de justo valor de activos disponíveis para venda	(4.581)	-
TOTAL	(4.577)	(146.097)
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	102.035	24.800

(mCVE)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Demonstração de variações do capital próprio	Notas	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas	Total			
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		400.000	368.900	(93.704)	108.461	139.311	247.772	46.019	79.622	1.048.609
Transferência para resultados por alienação de activos financeiros disponíveis para venda	5 e 24	-	(196.104)	50.007	-	-	-	-	-	(146.097)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	24	-	-	-	7.962	23.887	31.849	-	(31.849)	-
Distribuição do resultado	25	-	-	-	-	-	-	-	(47.773)	(47.773)
Total das variações do capital próprio		-	(196.104)	50.007	7.962	23.887	31.849	-	(79.622)	(193.870)
Resultado líquido do exercício de 2014		-	-	-	-	-	-	-	170.897	170.897
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		400.000	172.796	(43.697)	116.423	163.198	279.621	46.019	170.897	1.025.636
Alterações no Justo Valor de activos financeiros	5 e 24	-	(4.580)	4	-	-	-	-	-	(4.576)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	24	-	-	-	17.090	85.448	102.538	-	(102.538)	-
Distribuição do resultado	25	-	-	-	-	-	-	-	(68.359)	(68.359)
Total das variações do capital próprio		-	(4.580)	4	17.090	85.448	102.538	-	(170.897)	(72.935)
Resultado líquido do exercício de 2014		-	-	-	-	-	-	-	106.612	106.612
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		400.000	168.216	(43.693)	133.513	248.646	382.159	46.019	106.612	1.059.312

(mCVE)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no exercício de 2015.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos:		
Prémios recebidos, líquidos de resseguro	680.696	565.771
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(219.257)	(228.983)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	98.616	125.869
Pagamentos a empregados e fornecedores	(358.815)	(366.203)
Outros	(43.382)	(62.411)
	<u>157.859</u>	<u>34.043</u>
(Aumentos) / diminuições nos activos operacionais		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	12.612	19.325
	<u>12.612</u>	<u>19.325</u>
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Depósitos recebidos de resseguradores	10.806	17.130
Credores por operações de seguro directo e resseguro	(39.456)	20.738
Outros passivos	(2.806)	23.766
	<u>(31.456)</u>	<u>61.634</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes de impostos	<u>139.014</u>	<u>115.002</u>
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	<u>(36.336)</u>	<u>(54.800)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>102.678</u>	<u>60.201</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de:		
Activos financeiros disponíveis para venda	3.000	313.635
Activos financeiros a deter até à maturidade	-	-
Empréstimos e contas a receber	2.142	129.262
Propriedades de investimento	-	-
Activos tangíveis e intangíveis	3.800	36.991
Rendimentos de activos financeiros	45.774	38.747
Outros recebimentos	12.435	12.256
	<u>67.151</u>	<u>530.891</u>
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de:		
Empréstimos e contas a receber	(19.987)	(404.089)
Propriedades de investimento	(19.829)	(46.421)
Activos tangíveis e intangíveis	(38.311)	(52.372)
	<u>(78.126)</u>	<u>(502.882)</u>
Concentrações de actividades empresariais:		
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(10.975)</u>	<u>28.009</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Distribuição de Dividendos	<u>(68.359)</u>	<u>(47.773)</u>
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(68.359)</u>	<u>(47.773)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	23.345	40.437
Caixa e seus equivalentes no início do período	66.844	26.407
Caixa e seus equivalentes no fim do período	90.189	66.844
	<u>23.345</u>	<u>40.437</u>

(mCVE)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

NOTA INTRODUTÓRIA

As demonstrações financeiras da Garantia – Companhia de Seguros, S.A. foram elaboradas com base nos seus registos contabilísticos e de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pelo Aviso nº 3/2010, de 28 de Junho, do Banco de Cabo Verde (BCV).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, quando aplicável.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (“Garantia” ou “Companhia”) resultou da cisão do ex-Instituto de Seguros e Providência Social, EP (ISPS) ocorrida em 30 de Outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei nº 136/91, de 2 de Outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os activos e passivos relacionados com o negócio segurador.

No âmbito do processo de privatização das instituições de crédito e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de Setembro de 1999, do Conselho de Ministros, o Agrupamento constituído pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e pelo Banco Interatlântico, S.A.R.L. adquiriu 95% da participação do Estado na Companhia. Durante o exercício de 2014, a CGD alienou a totalidade da participação que detinha no capital social da Companhia à Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade) (Nota 23).

A Companhia dedica-se ao exercício da actividade de seguro directo e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer actividades conexas e complementares.

A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 02 de Março de 2016.

2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Para efeito de relato por segmentos de negócio, a Companhia elegeu os seguintes:

Sub-segmento	Ramos do sub-segmento
Vida	Vida individual Vida grupo Crédito hipotecário Plano poupança reforma/educação
Acidentes e doenças	Acidentes de trabalho Acidentes pessoais Pessoas transportadas Viagens Doença
Incêndio e outros danos	Incêndio Outros danos
Automóvel	Pessoas transportadas Veículos terrestres Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor Mercadorias transportados por veículos terrestres
Transportes	Marítimo - Mercadorias transportadas Marítimo - Mercadorias transportadas apólices abertas Aéreo - Aeronaves/Casco Aéreo - Mercadorias transportadas Aéreo - Inibição de Voo
Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil geral
Diversos	Caução

Com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a informação relativa aos segmentos utilizados pela Companhia pode ser resumida da seguinte forma (em mCVE):

	2015								
	Não Vida							Não Afectos	Total
	Vida	Automóvel	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Transportes	Responsabilidade civil geral	Diversos		
Resultado									
Premios adquiridos líquidos de resseguro	51.543	353.282	145.595	26.054	28.442	17.554	14.061	-	636.532
Premios brutos emitidos	83.419	551.622	195.461	216.663	75.478	87.045	14.537	-	1.224.226
Premios de resseguro cedido	-31.876	-178.222	-51.929	-178.288	-48.672	-89.863	0	-	(543.529)
Provisão prémios não adquiridos (variação)	-	(5.204)	2.429	790	(1.628)	(3.564)	(476)	-	(7.653)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-16.915	-365	-13.132	264	-6.364	0	-	(36.511)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Montantes pagos	(3.025)	(232.157)	(24.975)	(7.334)	(7.017)	(4.231)	(2.229)	-	(280.968)
Montantes brutos	(20.025)	(332.481)	(32.303)	(15.758)	(78.051)	(6.122)	(2.229)	-	(486.970)
Parte dos resseguradores	17.000	100.324	7.328	8.424	71.035	1.891	-	-	206.001
Provisão para sinistros (variação)	497	16.081	19.483	5.489	18.309	(958)	(4.507)	-	54.393
Montante bruto	4.997	83.770	9.475	(70.911)	60.650	(2.605)	(4.507)	-	80.869
Parte dos resseguradores	(4.500)	(67.689)	10.008	76.400	(42.342)	1.647	-	-	(26.475)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(24.868)	-	-	-	-	-	-	-	(24.868)
Outras provisões técnicas líquidas de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidas	(9.486)	(181.276)	(108.253)	(82.874)	(10.038)	(7.741)	(2.289)	-	(381.957)
Custos de aquisição	(4.171)	(59.461)	(36.345)	(16.344)	(6.499)	(5.949)	(913)	-	(128.681)
Custos de aquisição diferidos (variação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos administrativos	(5.315)	(121.814)	(71.908)	(46.531)	(4.538)	(1.793)	(1.376)	-	(253.275)
Gastos com investimentos	(189)	(7.268)	(899)	(1.415)	(231)	(106)	(178)	-	(10.286)
Comissões e part. nos result. resseguro	5.961	40.378	16.613	38.087	13.288	5.984	0	-	120.291
	20.434	(10.960)	47.563	(2.013)	42.754	10.502	4.859	-	113.139
Rendimentos	6.586	26.346	2.413	-	-	-	-	22.148	57.494
Gastos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes e detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	643	643
Perdas de imparidade	-	-	-	-	-	-	-	(25.851)	(25.851)
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	-	-	(21.403)	(21.403)
Outros rendimentos / gastos líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	-	(108)	33.125	33.017
Outros rendimentos / gastos	-	-	-	-	-	-	-	(14.090)	(14.090)
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(36.336)	(36.336)
	27.020	15.387	49.977	(2.013)	42.754	10.502	4.751	(41.765)	106.612
Activo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-	90.189	90.189
Activos disponíveis para venda	14.649	59.967	239.872	-	-	-	-	20.732	335.219
Empréstimos e contas a receber	23.521	350.552	20.000	-	-	-	-	322.000	716.073
Terrenos e edifícios	12.469	72.188	-	-	-	-	266.549	293.954	645.160
Terrenos e edifícios de serviço próprio	12.469	-	-	-	-	-	266.549	61.732	340.750
Terrenos e edifícios de rendimento	-	72.188	-	-	-	-	-	232.222	304.410
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	98.951	98.951
Inventários	-	-	-	-	-	-	-	1.290	1.290
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	10.441	10.441
Provisões técnicas de resseguro cedido	8.939	290.637	109.423	114.442	10.323	9.885	-	-	543.649
Provisões para prémios não adquiridos	-	26.393	4.358	16.906	4.364	4.377	-	-	56.398
Provisão matemática	8.939	-	-	-	-	-	-	-	8.939
Provisão para sinistros	-	264.244	105.065	97.536	5.959	5.508	-	-	478.312
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	-	340.238	340.238
Contas a receber por operações de seguro directo	-	-	-	-	-	-	-	123.579	123.579
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	68.778	68.778
Contas a receber por outras operações	-	-	-	-	-	-	-	147.881	147.881
Activos por impostos	-	-	-	-	-	-	-	32.357	32.357
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	16.330	16.330
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	16.028	16.028
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	34.470	34.470
	59.578	773.344	369.295	114.442	10.323	9.885	266.549	1.244.621	2.848.037

Relatório e Contas 2015

	2015								
	Não Vida							Não Afectos	Total
Vida	Automóvel	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Transportes	Responsabilidade civil geral	Diversos			
Passivo									
Provisões técnicas	41.854	636.521	194.657	138.274	16.597	23.493	39.486	-	1.090.882
Provisões para prémios não adquiridos	-	108.796	11.130	37.634	5.968	15.353	4.423	-	183.303
Provisão para seguros e operações do ramo vida	40.854	-	-	-	-	-	-	-	40.854
Provisão para sinistros	1.000	527.725	183.526	100.640	10.630	8.140	35.063	-	866.725
Depósitos recebidos de resseguradores	0	175.837	5.156	24.054	10.041	-	-	-	215.087
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	-	270.317	270.317
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	-	-	-	-	-	112.142	112.142
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	84.907	84.907
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	-	-	-	73.268	73.268
Passivos por impostos	-	-	-	-	-	-	-	105.391	105.391
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	43.684	43.684
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	61.707	61.707
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	-	48.278	48.278
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	58.769	58.769
	41.854	812.358	199.812	162.328	26.638	23.493	39.486	482.756	1.788.725

(mCVE)

	2014								
	Não Vida							Não Afectos	Total
Vida	Automóvel	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Transportes	Responsabilidade civil geral	Diversos			
Resultado									
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	19.937	312.582	137.079	44.589	26.662	7.791	14.807	-	563.447
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(726)	(255.025)	(37.111)	(10.187)	(9.290)	(4.225)	529	-	(316.034)
Montantes pagos									
Montantes brutos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros (variação)									
Montante bruto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(1.408)	-	-	-	-	-	-	-	(1.408)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(50.634)	(145.910)	(94.923)	(71.044)	(11.624)	(7.078)	(3.561)	-	(384.775)
Custos de aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos administrativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões e part. nos result. resseguro	5.906	80.013	11.284	35.428	7.228	6.082	-	-	145.941
	(26.925)	(8.340)	16.330	(1.214)	12.976	2.570	11.775	-	7.171
Rendimentos	1.447	25.899	11.447	3.411	-	-	-	9.966	52.170
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	1.093	1.093
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	-	-	(37.331)	(37.331)
Perdas de imparidade (líquidas de reversões)	-	(11.990)	-	-	-	-	-	(2.937)	(14.927)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	44.977	73.608	61.432	29.537	12.734	1.842	-	-	224.130
Outros rendimentos / gastos líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	8.861	8.861
Outros rendimentos / gastos	-	-	-	-	-	-	-	(15.470)	(15.470)
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(54.800)	(54.800)
	19.499	79.177	89.209	31.734	25.710	4.412	11.775	(90.618)	170.897

	Não Vida							Não Afectos	Total
	Vida	Automóvel	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Transportes	Responsabi- lidade civil geral	Diversos		
Activo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-	66.844	66.844
Activos disponíveis para venda	8.032	62.895	243.559	-	-	-	-	28.313	342.800
Empréstimos e contas a receber	10.485	466.035	-	-	-	-	40.000	181.707	698.227
Terrenos e edifícios	6.623	72.188	-	-	-	-	259.907	297.073	635.792
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	127.377	127.377
Inventários	-	-	-	-	-	-	-	1.362	1.362
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	16.527	16.527
Provisões técnicas de resseguro cedido	11.979	375.241	99.780	51.174	52.401	14.601	-	-	605.176
Provisões para prémios não adquiridos	-	43.308	4.723	30.038	4.100	10.741	-	-	92.910
Provisão matemática	7.479	-	-	-	-	-	-	-	7.479
Provisão para sinistros	4.500	331.933	95.057	21.136	48.301	3.860	-	-	504.787
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	-	390.035	390.035
Contas a receber por operações de seguro directo	-	-	-	-	-	-	-	199.919	199.919
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	79.384	79.384
Contas a receber por outras operações	-	-	-	-	-	-	-	110.732	110.732
Activos por impostos	-	-	-	-	-	-	-	25.277	25.277
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	9.253	9.253
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	16.024	16.024
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	26.757	26.757
	37.120	976.360	343.339	51.174	52.401	14.601	299.907	1.161.272	2.936.174
Passivo									
Provisões técnicas	20.526	717.902	197.681	68.007	75.672	17.324	45.483	-	1.142.595
Provisões para prémios não adquiridos	-	103.592	13.559	38.424	4.340	11.789	3.947	-	175.651
Provisão para seguros e operações do ramo vida	14.526	-	-	-	-	-	-	-	14.526
Provisão para sinistros	6.000	614.310	184.122	29.583	71.332	5.535	41.536	-	952.418
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos recebidos de resseguradores	-	109.022	3.023	12.386	3.472	-	76.380	-	204.283
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	66	66
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	-	332.179	332.179
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	-	-	-	-	-	117.259	117.259
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	138.010	138.010
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	-	-	-	76.910	76.910
Passivos por impostos	-	-	-	-	-	-	-	101.054	101.054
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	39.347	39.347
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	61.707	61.707
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	-	74.129	74.129
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	56.232	56.232
	20.526	826.924	200.704	80.393	79.144	17.324	121.863	563.660	1.910.538

3. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pelo Aviso nº 3/2010, de 28 de Junho, do Banco de Cabo Verde (BCV).

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), excepto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

3.2. Principais políticas contabilísticas

3.2.1. Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. A Companhia não tem activos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado ou outros activos registados ao justo valor através de resultados, pelo que aquando do reconhecimento inicial os activos financeiros foram classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i. Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde e por empresas cabo-verdianas adquiridos essencialmente para detenção até à maturidade, para os quais não existe mercado secundário activo.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

ii. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros não classificados na categoria de “Empréstimos e contas a receber”:

- Acções de empresas;
- Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação” (Nota 24). No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de activos e passivos

financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, respectivamente.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos” (Nota 14) quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor dos títulos de rendimento variável não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) é determinado em alguns casos com base em modelos e técnicas de valorização desenvolvidos por uma entidade externa, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Em 2015 e 2014, todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor detidos pela Companhia encontram-se classificados no nível 3 da hierarquia de justo de valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13.

iii. Imparidade de activos financeiros

A Companhia efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros, incluindo activos registados ao custo amortizado e activos financeiros disponíveis para venda.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;

- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Activos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo reflectido em balanço como uma dedução ao valor do activo a que respeita.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 3.2.1. ii), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de Reavaliação”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade relativos a activos financeiros registados ao custo amortizado, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

De acordo com os critérios da política de reconhecimento da Imparidade do Grupo, os limites são:

- Teste de Imparidade: quando o Justo Valor do Activo é inferior a 30% do Custo Histórico ou Custo de Aquisição;
- Alterações Significativas : quando o Justo Valor for inferior a 50% do Custo Histórico ou Custo de Aquisição (reconhecimento de perdas por imparidade);
- Declínio Prolongado: quando o Justo Valor for inferior ao Custo Histórico ou Custo de Aquisição, durante 12 meses (reconhecimento de perdas por imparidade).

Com referência à data das demonstrações financeiras, a Companhia efectua uma análise no sentido de identificar a existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda e, conseqüentemente, registar as correspondentes perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na “Reserva de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes instrumentos de capital próprio não podem igualmente ser revertidas.

3.2.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros são classificados na categoria “Outros passivos financeiros” e respeitam a depósitos recebidos de resseguradores e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras

operações”. A rubrica “Outros passivos financeiros” inclui descobertos em depósitos à ordem.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

3.2.3. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de avaliadores externos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas “Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” (Nota 16).

A Companhia estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações de 2 anos.

3.2.4. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, excepto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente e amortizados ao longo da respectiva vida útil.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações de 2 anos. Se ocorrerem situações que indiquem alterações significativas no valor dos imóveis, estes podem ser reavaliados, a título excepcional, no prazo de um ano.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respectivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objecto de amortização.

Até 1 de Janeiro de 2010, data da transição para o PCES, os imóveis de serviço próprio eram registados ao justo valor, de acordo com as regras definidas pelo Plano de Contas para as Empresas de Seguros. Na transição para as IFRS, o valor de balanço desses imóveis foi considerado como custo, tal como permitido pelo IFRS 1.

3.2.5. Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Equipamento administrativo	2 - 12
Equipamento informático	4 - 5
Material de transporte	4 - 6
Outras imobilizações corpóreas	4 - 12

As despesas com obras e beneficiações em imóveis arrendados são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 3 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A Companhia avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis.

3.2.6. Outros activos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Companhia.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

3.2.7. Locação financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros activos tangíveis” e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em gastos do exercício.

3.2.8. Impostos sobre lucros

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Companhia está sujeita ao Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Colectivas (IRPC), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que, os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Garantia correspondem, essencialmente, à valorização de activos financeiros disponíveis para venda.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

3.2.9. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências resultantes da actividade da Companhia, incluindo contingências fiscais. Nestes casos, os reforços de provisão são registados por contrapartida da rubrica “Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes”.

3.2.10. Benefícios dos empregados

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus colaboradores.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

3.2.11. Princípio da especialização de exercícios

Os proveitos e os custos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

3.2.12. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos em divisas são convertidos em Escudos de Cabo Verde às taxas de câmbio oficiais em vigor à data das demonstrações financeiras. Os proveitos e custos relativos a diferenças cambiais geradas pelas transacções em divisas registam-se no período em que ocorrem. As diferenças cambiais originadas pela actualização cambial dos

activos e passivos expressos em moeda estrangeira, à data das demonstrações financeiras, são também reflectidas na demonstração de resultados.

Nos exercícios de 2015 e 2014, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde.

3.2.13. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e a caixa e disponibilidades em instituições de crédito e que não estejam associados a uma natureza de investimento.

3.2.14. Ajustamentos para recibos por cobrar

A rubrica “Ajustamentos de recibos por cobrar” tem por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização, tendo como limite mínimo o valor calculado de acordo com o Aviso nº 2/2005, do Banco de Cabo Verde.

3.2.15 Contratos de Seguros

As políticas contabilísticas associadas ao reconhecimento e mensuração das responsabilidades com contratos de seguros (incluindo resseguro) estão identificadas na Nota 4.

3.3. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4.1. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas demonstrações financeiras reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

Determinação de perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber

As perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 3.2.1. iii). A Companhia determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39.

Neste sentido, a determinação da existência de perdas por imparidade está sujeita à subjectividade inerente à identificação e análise dos eventuais indícios de imparidade resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão, assim como à subjectividade associada à estimativa dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável).

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas avaliações externas tal como descrito na Nota 3.2.1. iii). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Garantia sobre o correcto

enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

3.4. Adopção de Standards (novos e revisto) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)

3.4.1. Natureza, impacto e justificação das alterações nas políticas contabilísticas

- Alterações voluntárias de políticas contabilísticas
Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.
- Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias
Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2015.

3.4.2. Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Companhia

Não existem revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela empresa.

3.4.3. Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia

3.4.4. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu três melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

- IFRS 13 Mensuração ao Justo valor - Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção aplicável ao portfólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1361/2014, de 18 de Dezembro), as alterações são aplicáveis prospectivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de julho de 2014.

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de Janeiro de 2016 e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

Endossadas pela EU

- IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados - Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2015/29, de 17 de Dezembro de 2014), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2015. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu seis melhorias em cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

- IFRS 2 Pagamentos com base em Ações - Atualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance;
- IFRS 8 Segmentos Operacionais - Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação dos segmentos.
A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

- IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis - No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.
- IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas - Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.
De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2015/28, de 17 de Dezembro de 2014) as melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de fevereiro de 2015. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospetiva.
- IAS 16 e IAS 41: Plantas que geram produto agrícola - As alterações à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito do IAS 41. Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41.
De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2113/2015, de 23 de novembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece em ou após o primeiro dia do mês seguinte à entrada em vigor do regulamento, ou seja, em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.
- IAS 16 e IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos - As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas

é o de que os rendimentos refletem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e, portanto, não refletem os benefícios económicos que são consumidos através do uso do ativo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos rendimentos totais previstos gerar não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2231/2015, de 2 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece em ou após o primeiro dia do mês seguinte à entrada em vigor do regulamento, ou seja, em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é prospetiva.

- IAS 1: Clarificações sobre divulgações no relato financeiro - As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras:

- Esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções;
- A divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida; e
- É mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário.

As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas

desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes:

- I. Devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS;
- II. Devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível;
- III. Devem ser consistentes de um período para o outro;
- IV. Não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS

Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota-parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas:

- I. Dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex.: grupos de atividades operacionais específicas);
- II. Agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma;
- III. Ordem da demonstração do resultado integral; ou
- IV. Ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adotadas e aplicação inicial de uma norma).

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2406/2015, de 18 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016. É permitida a aplicação mais cedo. As entidades não necessitam de divulgar a informação exigida pelos parágrafos 28-30 da IAS 8 em relação a estas emendas.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

- IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações - Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras intercalares.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito à prestação de um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

A aplicação deve ser retrospectiva.

- IAS 19 – Benefícios de Empregados - Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex.: Eurozone) e não nos mercados onde as obrigações foram emitidas. Quando não há mercado ativo para obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda podem ser usadas obrigações emitidas pelo Governo.

Esta melhoria aplica-se desde o início do primeiro período de comparação apresentado nas primeiras demonstrações financeiras às quais a entidade aplique a emenda. Qualquer ajustamento inicial resultante da aplicação da emenda deve ser reconhecido nos resultados retidos no início desse período.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2343/2015, de 18 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016. É permitida a aplicação mais cedo. Se uma entidade aplicar essas emendas a um período anterior, deve divulgar esse facto.

Não Endossadas pela EU

- IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de Julho de 2014): Esta norma foi finalmente completada em 24 de Julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.

Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo valor justo através do resultado integral (FVOCI) com subsequente reclassificação para resultados.

Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.

Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na

demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.

Todos os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.

O modelo de PEC aplica-se:

- I. Aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral;
- II. À maioria dos compromissos de empréstimos;
- III. Aos contratos de garantia financeira;
- IV. Aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15; e
- V. Às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 – Locações.

Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.

A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

Os testes de eficácia de cobertura devem ser prosequivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.

Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.

O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.

Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospetiva.

- IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto (Emendas emitidas em 11 de Setembro de 2014): As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para associada ou empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospetiva.

- IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação (Emendas emitidas em 18 de Dezembro de 2014): As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor.

Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor.

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

- IFRS 15 Rédito de contratos com clientes (emitida em 28 de Maio de 2014): Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguinte normas e interpretações existentes:

IAS 11 - Contratos de Construção;

IAS 18 – Rendimentos;

IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes;

IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis;

IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e

SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade.

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco etapas:

- I. Identificar o contrato com o cliente;

- II. Identificar as obrigações de desempenho do contrato;
- III. Determinar o preço de transacção;
- IV. Alocar o preço da transição às obrigações de desempenho do contrato; e
- V. Reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A interpretação é aplicável para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ACTIVOS DE RESSEGURO

4.1. Provisões técnicas de seguro directo

Estas provisões foram calculadas em conformidade com o Aviso nº 5/2010, de 28 de Dezembro, do Banco de Cabo Verde.

4.1.1. Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “Pró-rata temporis” aos respectivos prémios brutos emitidos.

De acordo com o previsto pelas normas do BCV, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 18% dos respectivos prémios diferidos. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não registou custos de aquisição diferidos.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta provisão tem a seguinte composição:

Ramos Técnicos	2015		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Automóvel	-108.796	26.393	-82.403
Incêndio e outros danos	-37.634	16.906	-20.728
Diversos	-4.423	0	-4.423
Acidentes e doenças	-11.130	4.358	-6.772
Responsabilidade civil geral	-15.353	4.377	-10.976
Transportes	-5.968	4.364	-1.604
	<u>-183.303</u>	<u>56.398</u>	<u>-126.905</u>

Ramos Técnicos	2014		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Automóvel	-103.592	43.308	-60.284
Incêndio e outros danos	-38.424	30.038	-8.386
Diversos	-3.947	0	-3.947
Acidentes e doenças	-13.559	4.723	-8.836
Responsabilidade civil geral	-11.789	10.741	-1.047
Transportes	-4.340	4.100	-240
	<u>-175.651</u>	<u>92.910</u>	<u>-82.741</u>

No exercício de 2014, a Companhia celebrou um tratado de resseguro proporcional para o ramo automóvel com os resseguradores Partner Re e R+V Versicherung AG, este através do broker Aon Benfield, com uma taxa de retenção de 60% e 50%, respectivamente. No exercício de 2015, a taxa de retenção passou para 70%, cedendo 30% às mesmas resseguradoras. (Nota 5.3)

4.1.2. Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com

a regularização futura dos sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR.

A provisão para sinistros dos ramos acidentes de trabalho e automóvel inclui a provisão matemática, a qual tem por objectivo registar as responsabilidades da Companhia por sinistros ocorridos até à data das demonstrações financeiras, que envolvam pagamentos de pensões vitalícias, já homologadas pela Junta Médica, e também uma estimativa das responsabilidades por pensões referentes a incapacidades permanentes, relativas a sinistros já ocorridos e que se encontrem pendentes de decisão da Junta Médica. Esta provisão é calculada sinistro a sinistro, mediante a utilização dos seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade	PF 60/64
Taxa de juro	6%
Carga de gestão	4%

A Companhia constitui ainda uma provisão para sinistros ocorridos e não declarados à data do balanço. De acordo com o Aviso nº 1/2000, deverá ser constituída uma provisão mínima correspondente a 2% das indemnizações do exercício relativas a sinistros declarados.

A Companhia constitui também uma provisão para despesas com regularização de sinistros que se destina a fazer face aos encargos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros dos ramos automóvel e acidentes de trabalho que actualmente se encontram em processo de gestão.

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta provisão tem a seguinte composição:

Ramos técnicos	2015		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes de trabalho			
Provisão matemática			
- 'Pensões definitivas	45.549	-2.547	43.002
- 'Pensões presumíveis	16.144		16.144
	<u>61.693</u>	<u>-2.547</u>	<u>59.146</u>
Provisão para out. prestações e custos			
- Sinistros declarados	108.346	-101.989	6.358
- IBNR	1.679	-529	1.150
	<u>110.025</u>	<u>-102.518</u>	<u>7.507</u>
Provisão para despesas com regularização de sinistros	854		854
	<u>172.572</u>	<u>-105.065</u>	<u>66.654</u>
Automóvel			
Provisão matemática			
- 'Pensões definitivas	91.752	-3.105	88.646
- 'Pensões presumíveis	18.543		18.543
	<u>110.295</u>	<u>-3.105</u>	<u>107.190</u>
Provisão para outras prestações e custos			
- Sinistros declarados	373.018	-251.023	121.995
- IBNR	33.417	-10.116	23.301
	<u>406.435</u>	<u>-261.139</u>	<u>145.296</u>
Provisão para despesas com regularização de sinistros	10.996		
	<u>527.725</u>	<u>-264.244</u>	<u>252.485</u>
Outros ramos			
Provisão para out. prestações e custos			
- Sinistros declarados	163.206	-109.003	54.203
- IBNR	2.221		2.221
	<u>165.427</u>	<u>-109.003</u>	<u>56.424</u>
	<u>865.725</u>	<u>-478.312</u>	<u>375.563</u>
			(mCVE)

Ramos técnicos	2014		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Líquido
Acidentes de trabalho			
Provisão matemática			
- 'Pensões definitivas	48.218	-2.017	46.201
- 'Pensões presumíveis	22.133		22.133
	<u>70.351</u>	<u>-2.017</u>	<u>68.334</u>
Provisão para out. prestações e custos			
- Sinistros declarados	112.005	-71.195	40.810
- IBNR	1.679		1.679
	<u>113.684</u>	<u>-71.195</u>	<u>42.489</u>
Provisão para despesas com regularização de sinistros	87		87
	<u>184.122</u>	<u>-73.212</u>	<u>110.910</u>
Automóvel			
Provisão matemática			
- 'Pensões definitivas	100.121	-22.730	77.391
- 'Pensões presumíveis	12.554		12.554
	<u>112.675</u>	<u>-22.730</u>	<u>89.945</u>
Provisão para outras prestações e custos			
- Sinistros declarados	453.223	-293.040	160.183
- IBNR	33.405	-38.007	-4.602
	<u>486.628</u>	<u>-331.047</u>	<u>155.581</u>
Provisão para despesas com regularização de sinistros	15.007		15.007
	<u>614.310</u>	<u>-353.777</u>	<u>260.533</u>
Outros ramos			
Provisão para out. prestações e custos			
- Sinistros declarados	146.271	-77.798	68.473
- IBNR	1.715		1.715
	<u>147.986</u>	<u>-77.798</u>	<u>70.188</u>
	<u>946.418</u>	<u>-504.787</u>	<u>441.631</u>
			(mCVE)

4.1.3. Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito e seguro de caução, de acordo com o estabelecido pelas normas do BCV, as quais definem igualmente que as entidades, cujo montante de prémios dos ramos mencionados seja inferior a 4% da sua receita total de prémios, está isenta da constituição desta provisão.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a Companhia não registou esta provisão por estar isenta da sua constituição, nos termos das normas do BCV.

4.1.4. Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo BCV.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 não houve lugar à necessidade de reconhecer esta provisão por parte da Companhia.

4.1.5. Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas específicas existentes nos tratados em vigor.

4.1.6. Provisão matemática do ramo vida

Destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro em vigor. As provisões matemáticas para os seguros de vida são calculadas para cada apólice de acordo com as bases actuariais definidas pela Portaria nº 110/78, de 31 de Dezembro.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta provisão tem a seguinte composição:

	2015	2014
Activo		
Resseguro cedido		
Vida grupo	8.336	6.595
Vida individual	505	798
Vida crédito hipotecário	98	86
	<u>8.939</u>	<u>7.479</u>
Passivo		
Seguro directo		
Vida grupo	14.144	11.066
Vida individual	886	1.539
PPR/E Banca	24.675	1.059
Vida crédito hipotecário	1.149	862
	<u>40.854</u>	<u>14.526</u>
		(mCVE)

Em 31 de Dezembro de 2015, a provisão matemática de seguros “Vida grupo” do activo e passivo inclui mCve. 7.886 e mCve. 4.196, respectivamente (mCve. 8.337 e mCve. 4.436, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2014), relativos a uma apólice subscrita pelo Banco Comercial do Atlântico, S.A..

4.1.7. Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida e de contratos de seguro vida são registados quando devidos na rubrica “ Prémios adquiridos líquidos de resseguro” na demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os respectivos custos de aquisição são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades decorrentes da emissão dos contratos de seguro do ramo vida são reconhecidas através da constituição da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo contabilizado no momento em que são registados os proveitos relativos aos prémios emitidos.

4.2. Risco específico de seguro

Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro celebrados pela Companhia é efectuado de acordo com o normativo do Banco de Cabo Verde. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela norma IFRS 4 – “Contratos de seguro”, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que se venha a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

Todos os contratos emitidos pela Companhia no exercício de 2015 foram classificados como contratos de seguros.

Apresenta-se de seguida uma descrição sintética das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor na Companhia e que têm por objectivo reduzir os riscos de subscrição.

a) Subscrição de riscos

A delegação de poderes para a aceitação e tarifação de riscos encontra-se estruturada em 4 níveis de aceitação hierárquicos, de acordo com o modelo de

delegação de poderes em vigor na Companhia, definido pela Ordem de Serviço nº 07/2015:

Nível de aceitação	Titular
1	Dois Administradores Executivos
2	Administrador do Pelouro
3	Director
4	Assistente Direcção / Gerente / Chefe do Departamento / Coordenador
5	Responsável do Balcão / Gestor de Sinistro

A referida ordem de serviço estabelece o limite de delegação de poderes para a aceitação e tarificação de riscos para seguros novos, renovações, renegociações, alteração dos contratos existentes e ainda a concessão de descontos para todos os produtos comercializados pela Companhia nos ramos Não Vida, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, baseados nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulado standard;
- Riscos ou actividades com um histórico de sinistralidade baixo;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitam uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, no que respeita a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida dimensão.

Os titulares acima referidos contam com um conjunto de instrumentos que visam facilitar a aplicação da política de subscrição, nomeadamente as tarifas, os simuladores, os manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais, as propostas de seguros, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas respeitantes a circuitos e procedimentos.

Cabe ao Administrador do Pelouro da Área Comercial a aceitação da subscrição dos riscos não delegados nos 4 níveis de aceitação hierárquicos definidos na tabela acima.

Cabe ainda a Administração a aceitação da subscrição de qualquer seguro do ramo Vida, bem como a aceitação da alteração do capital subscrito.

Em alguns casos de risco particularmente elevado e/ ou envolvendo grau de incerteza elevado, as decisões de aceitação são analisadas e tomadas pela Comissão Executiva.

A política de aceitação de riscos da Companhia baseia-se em padrões técnicos rigorosos, com o objectivo de permitir a análise e identificação de riscos envolvendo perdas potencialmente elevadas em termos de gravidade e frequência, a aplicação de termos contratuais ajustados e a adequação dos prémios praticados aos riscos assumidos, de modo a garantir um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos não enquadráveis nos tratados de resseguro são analisados caso a caso pelo Gabinete Técnico para efeitos de colocação em resseguro facultativo.

Quando os riscos a ressegurar não se enquadram nos Manuais de Tarifação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação previamente definidas, estes são remetidos aos resseguradores para análise e decisão de aceitação.

b) Gestão técnica

A gestão técnica dos ramos envolve o desenho de produtos, a definição de cláusulas e preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulo de risco e o controlo dos resultados técnicos, destacando o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos de seguros emitido, da distribuição da carteira por ramos de risco e garantias, dos prémios médios, do perfil dos riscos, da sinistralidade e margem técnica.

No âmbito do controlo acima referido, são elaborados regularmente relatórios com os indicadores de gestão bem como a análise do resultado técnico por ramos para servir de suporte à gestão da Companhia.

c) Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da Companhia

Por forma a controlar e minimizar o risco interno da Companhia, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto estão publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o seu cumprimento objecto de acompanhamento e supervisão regular pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por ramos/responsabilidades assumidas. São também efectuados estudos regulares sobre o comportamento da sinistralidade dos produtos para efeitos de ajustamentos das tarifas e/ou saneamento das carteiras ou alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A Companhia procede ao acompanhamento regular da evolução da sua carteira de seguros, nomeadamente o comportamento do movimento de apólices (quantidade de apólices em vigor, quantidade de apólices novas emitidas, quantidade de apólices anuladas) e a evolução dos prémios por ramos de Seguros não vida e vida.

A Companhia procede também a análise regular do comportamento dos sinistros nos seus aspectos essenciais, designadamente a frequência por ramos de subscrição e global e a respectiva taxa de sinistralidade.

As medidas acima referidas são implementadas em todos os ramos de negócio, principalmente no ramo automóvel que tem um enorme peso na carteira da Companhia.

Seleccção e saneamento da carteira

Com o objectivo de promover uma melhor rentabilidade da carteira, a Companhia tem implementado a prática de seleccção e saneamento de carteira, com maior incidência no ramo automóvel obrigatório e facultativo, consubstanciada quer pelo saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas) quer pela alteração das condições contratuais (coberturas, franquias e prémios). Estas medidas visaram principalmente as viaturas de aluguer (Táxis e Hiaces).

Concentrações de risco de seguro

A Companhia efectua estudos regulares sobre o perfil de risco da sua carteira por ramos de seguros/responsabilidades assumidas a fim de se obter indicadores que permitam estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro, à política de retenção e ainda o impacto de ocorrência de um cenário de sinistros catastróficos na carteira.

Seguro directo

Os prémios de seguro directo não-vida da Companhia revelaram-se suficientes e adequados em todos os ramos face às responsabilidades com as indemnizações do exercício, os custos de exploração associados e aos custos de investimentos.

Assim, o cálculo da provisão para riscos em curso efectuado nos termos do Aviso nº 5/2010, de 28 de Junho do Banco de Cabo Verde, para todos os ramos de seguros não-vida, demonstrou que a Companhia não tem a necessidade de constituir a Provisão para riscos em curso.

Comparação de sinistros estimados e efectivos

A provisão para sinistros dos ramos não vida a 31 de Dezembro de 2014 ascendia a mCve. 728.121 Ao longo do exercício de 2015, para os sinistros ocorridos em 2014 e anos anteriores, a Companhia pagou o montante de mCve.400.409.

Em 31 de Dezembro de 2015 resultaria do consumo natural um provisionamento de mCve. 693.933. Entretanto, verificou-se um reajustamento no montante de mCve. 366.221.

Desenvolvimento da provisão para sinistros para outras prestações e custos relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)

Ramos/Grupos de Ramos	Provisao para sinistros em 31/12/2014 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercicio (2)	Provisao para sinistros* em 31/12/2015 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	6.000	20.025	1.000	15.025
Acidentes e Incendio e outros danos	138.262	25.677	111.055	-1.530
Automovel	29.583	14.671	100.640	85.729
Transportes	483.409	277.074	428.404	222.069
Responsabilidade civil geral	71.332	77.244	10.630	16.542
Diversos	5.535	4.228	8.140	6.833
Nao Vida	0	1.515	35.063	36.578
Total	728.121	400.409	693.933	366.221
	734.121	420.434	694.933	381.246

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS5.1. Inventário de participações e instrumentos financeiros

Conforme mapa Anexo I.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os investimentos registados em “Activos financeiros disponíveis para venda” têm a seguinte composição:

	2015	2014
Instrumentos de capital	336.443	344.348
Imparidade:		
Instrumentos de capital	(24.390)	(24.714)
	<u>312.054</u>	<u>319.634</u>
Títulos Consolidados de Mobilização		
Financeira	23.166	23.166
	<u>335.219</u>	<u>342.800</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos de capital classificados na categoria de activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição:

Título	2015				Valor de balanço líquido
	% de participação	Custo de aquisição	Reserva de reavaliação (Nota 24)	Imparidade	
<u>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</u>					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	5,76%	76.322	167.237	-	243.559
<u>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</u>					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L	11,11%	49.676	(15)	(9.946)	39.715
CVC - Construções de Cabo Verde S.A.R.L.	4,47%	21.968		(8.744)	13.224
SCT - Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1,01%	15.505	51	-	15.556
Hiperpeças - Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para Inspeção, Lda.	7,00%	5.700	-	(5.700)	-
		<u>92.849</u>	<u>36</u>	<u>(24.390)</u>	<u>68.495</u>
		<u>169.171</u>	<u>167.273</u>	<u>(24.390)</u>	<u>312.054</u>
Título	2014				Valor de balanço líquido
	% de participação	Custo de aquisição	Reserva de reavaliação (Nota 24)	Imparidade	
<u>Instrumentos de capital valorizados ao justo valor</u>					
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	5,76%	76.322	167.237	-	243.559
<u>Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico</u>					
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L	11,11%	50.000	-	(10.270)	39.730
CVC - Construções de Cabo Verde S.A.R.L.	4,47%	21.968	4.565	(8.744)	17.789
SCT - Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A.	1,01%	15.505	51	-	15.556
Hiperpeças - Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para Inspeção, Lda.	7,00%	5.700	-	(5.700)	-
Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, Sociedade Unipessoal Anónima, S.A.	10,00%	3.000	-	-	3.000
		<u>96.173</u>	<u>4.616</u>	<u>(24.714)</u>	<u>76.075</u>
		<u>172.495</u>	<u>171.853</u>	<u>(24.714)</u>	<u>319.634</u>

As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. foram valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa.

Em 2015 a Companhia manteve a sua participação na CVC - Construções de Cabo Verde, S.A.R.L., tendo mantido as participações em A Promotora, Sociedade de Capital de Risco de Cabo Verde, S.A.R.L. e na SCT - Sociedade Caboverdiana de Tabacos, S.A. registadas ao custo histórico, mantendo-se a imparidade registada em anos anteriores no montante de mCve 19.014, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

No exercício de 2007 a Companhia adquiriu por mCve. 5.700 uma participação correspondente a 7% do capital social da Hiperpeças – Sociedade de Manutenção e Teste de Viaturas Auto para Inspeção, Lda. (Hiperpeças), que iniciou a sua actividade no exercício de 2010. Esta participação encontra-se valorizada ao seu custo de aquisição, tendo sido registada imparidade no exercício de 2012 para a totalidade do saldo.

Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) foram emitidos na sequência da Lei nº 64/V/98, que aprovou a criação do “International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund” (Fundo). Nos termos deste diploma, o Fundo é gerido pelo Banco de Portugal e constitui um património autónomo sendo, como tal, a única entidade a responder pelas dívidas, encargos e responsabilidades resultantes da sua existência, do seu funcionamento e da sua organização.

A política de investimentos do Fundo é definida por um representante do Governo de Cabo Verde, em conjunto com a entidade gestora, com o objectivo de valorização dos seus activos e sendo pautada por critérios de segurança e de rentabilidade.

Os TCMF resultaram da conversão de Obrigações do Tesouro de Cabo Verde que se encontravam vencidas e estão registados pelo valor nominal dos títulos entregues.

De acordo com a Lei nº 70/V/98, de 17 de Agosto, as principais características destes títulos são as seguintes:

- Os TCMF são títulos de crédito perpétuos emitidos pelo Estado de Cabo Verde, através do Tesouro, e incorporam o direito ao recebimento de 90% do resultado líquido anual do Fundo. A Companhia regista em cada exercício o proveito relativo aos rendimentos a receber de TCMF, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”;

- O Estado obriga-se a adquirir os TCMF num período máximo de vinte anos a contar da data de aprovação da Lei, em termos e condições a definir pelo Governo;

- Durante os primeiros três anos de existência, os TCMF só podiam ser transaccionados entre instituições de crédito devidamente autorizadas a exercer a sua actividade em Cabo Verde. Entre o quarto e o sétimo ano, cada instituição de crédito poderia anualmente transmitir 25% do total de TCMF que detinha ao fim do terceiro ano. A partir do oitavo ano, os TCMF podem ser transaccionados sem restrições.

5.2. Empréstimos e contas a receber

Esta rubrica tem a seguinte composição (mCVE):

	2015	2014
Depósitos a prazo	593.254	580.767
Outros		
Obrigações de empresas nacionais	134.808	129.450
Imparidade	-11.989	-11.989
	<u>716.073</u>	<u>698.227</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica “Depósitos a prazo” apresenta a seguinte composição, por prazo residual de vencimento:

	2015				2014			
	Até 1 mês	Entre 3 e 6 meses	Superior a 12 meses	Total	Até 1 mês	Entre 3 e 6 meses	Superior a 12 meses	Total
Depósitos a prazo:								
Banco Interatlântico, S.A.	40.000	258.088	-	298.088	108.055	100.000	-	208.055
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	-	175.000	-	175.000	55.000	200.000	100.000	355.000
Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.	13.989	17.000	-	30.989	12.681	1.000	-	13.681
Novo Banco, S.A.	-	10.000	-	10.000	-	-	-	-
EcoBank	-	75.000	-	75.000	-	-	-	-
Banco Africano de Investimentos Cabo Verde, S.A.	4.177	-	-	4.177	4.031	-	-	4.031
	<u>58.166</u>	<u>535.088</u>	<u>-</u>	<u>593.254</u>	<u>179.767</u>	<u>301.000</u>	<u>100.000</u>	<u>580.767</u>

Os depósitos em vigor em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 são remunerados à taxa média de 4,62% e 3,96%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Obrigações de empresas nacionais” apresenta o seguinte detalhe:

Título	2015									
	VN	Q ^{de}	Tx de juro	Maturidade	Periodicidade do cupão	Montante	Imparidade	Montante Líquido	Juros a receber	(Nota 35)
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	1	50.000	6,60%	1-Jul-20	Semestral	50.000		50.000	4.283	-
SOGEL - Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A.	1	39.966	EUR 6M + 2,75%	18-Fev-17	Semestral	39.966	(11.989)	27.977	3.609	
Banco Interatlântico, S.A.	5	30.560	6,00%	8-Jul-18	Semestral	30.560		30.560	2.013	
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	1	10.000	7,50%	28-Jul-19	Semestral	9.998		9.998	1.112	
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	1	4.284	6,00%	20-Dez-17	Semestral	4.284		4.284	369	
						<u>134.808</u>	<u>(11.989)</u>	<u>122.819</u>	<u>11.386</u>	

Título	2014						Montante	Juros a receber (Nota 35)
	Valor nominal	Quantidade	Taxa de juro	Maturidade	Periodicidade do cupão			
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche D	1	50.000	6,60%	01-07-2020	Semestral	50.000	1.494	
SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A.	1	39.966	EUR 6M + 2,75%	18-02-2017	Semestral	39.966	4.853	
Banco Interatlântico, S.A.	5	23.060	6,00%	08-07-2018	Semestral	23.060	768	
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	1	9.998	9,00%	28-07-2015	Semestral	9.998	515	
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	1	6.426	5,75%	20-12-2017	Semestral	6.426	19	
						129.450	7.649	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. têm aval do Estado de Cabo Verde.

Na sequência de deliberação da assembleia geral de obrigacionistas da Sogei - Sociedade de Gestão de Investimentos, S.A. ocorrida em 25 de Março de 2014, o prazo de vencimento das obrigações detidas pela Garantia foi prorrogado por um período de 3 anos, até 18 de Fevereiro de 2017. Adicionalmente, foi aprovado o reembolso dos juros vencidos até à data, que no caso da Garantia ascendiam a mCve 2.558, em seis prestações semestrais, vencendo-se a primeira em 18 de Agosto de 2014. Em 31 de Dezembro de 2014, encontrava-se por regularizar a prestação vencida em 18 de Agosto de 2014, bem como os juros relativos ao 11º cupão, totalizando os juros vencidos e não pagos mCve 4.853. Em 31 de Dezembro de 2015, estavam 6 cupões em incumprimento. Estas obrigações encontram-se colateralizadas por hipotecas, de 1º grau, sobre tractos de terrenos detidos pela Sogei e todas as benfeitorias neles efectuados. Face ao incumprimento verificado, a Companhia registou imparidade de mCve 11.990.

5.3. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos recebidos de resseguradores		
Partner Re/Bertoldi	86.907	75.292
R+V Versicherung AG	74.816	62.864
PM Re	29.156	8.627
Fidelidade - Tratados	15.798	37.818
Mapfre Re	7.802	18.873
Scor Re	608	809
	215.087	204.283
Outros passivos financeiros	-	66
	215.087	204.349

Os depósitos recebidos de resseguradores referem-se às verbas retidas pela Companhia aos seus resseguradores, tendo a natureza de depósitos de caução, como forma de garantir as suas responsabilidades com sinistros.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Companhia

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral da Companhia e a sua posição no mercado.

Risco cambial

Para diminuir o risco cambial, a Companhia procura celebrar a maioria dos contratos em moeda nacional ou Euros.

O câmbio dos Escudos de Cabo Verde face ao Euro encontra-se fixo em 1 Euro /110,265 Escudos de Cabo Verde, resultante de um acordo de convertibilidade existente entre Cabo Verde e Portugal, pelo que não é considerado pelo Banco de Cabo Verde para efeitos de posição cambial.

Risco de liquidez

Este risco é mitigado através de celebração de contratos de resseguros com Companhias de capacidade financeira sólida e através de acompanhamento diário dos fluxos de tesouraria/aplicações de fundos, por forma a coincidir as datas dos compromissos com o rendimento e/ou a maturidade dos investimentos.

Risco de taxa de juro

Para eliminar este risco a Companhia celebra a maioria dos contratos com taxas de juro fixas. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Companhia detinha apenas uma obrigação com taxa de juro variável.

Risco de crédito

A Companhia procura mitigar o risco de crédito associado aos seus investimentos em empréstimos e contas a receber através de uma análise cuidada das oportunidades de investimento, da capacidade financeira das contrapartes e das garantias reais associadas. No que diz respeito às contas a receber, a Companhia procura mitigar este risco considerando uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores seleccionados para estabelecer relações comerciais.

Risco de mercado

A Companhia tem pouca exposição a este tipo de risco na medida em que tenta, ao máximo, a selecção e diversificação de instrumentos da carteira de investimentos financeiros, procurando eliminar sempre os impactos das taxas de juro e de câmbio, através de negociação de taxas fixas.

Justo valor de instrumentos financeiros

- O justo valor das aplicações financeiras registadas nas rubricas "Caixa e seus equivalentes e depósitos ordem" é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
- Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda:
 - As acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A. são valorizadas com base numa avaliação efectuada por uma entidade externa, pelo método dos fluxos de caixa descontados, enquadrando-se deste modo no nível 3 de valorização definido pela norma IFRS 13;
 - A rubrica "Empréstimos e contas a receber" inclui essencialmente depósitos a prazo. A Companhia considera que o justo valor é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.
 - Depósito recebido de resseguradores – o justo valor é igual ao seu valor de balanço, dado que correspondem a depósitos de curto prazo.

Risco de créditoExposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição máxima a risco de crédito da Companhia apresenta a seguinte composição:

	2015			2014		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade e Ajustamentos	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade e Ajustamentos	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	90.189	-	90.189	66.844	-	66.844
Empréstimos e contas a receber	728.062	(11.989)	716.073	710.217	(11.990)	698.227
Outros devedores	450.634	(110.397)	340.238	478.812	(88.777)	390.035
Exposição máxima a risco de crédito	1.268.885	(122.386)	1.146.500	1.255.873	(100.767)	1.155.106
						(mCVE)

Qualidade de crédito

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos em instituições de crédito foram realizados em instituições de crédito sem rating e sediadas em Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, por tipo de emitente, tem a seguinte decomposição:

Classe de activo	2015	2014
Empréstimos e outras contas a receber:		
Corporate	104.248	106.390
Instituições financeiras	30.560	23.060
	<u>134.808</u>	<u>129.450</u>

Estes emitentes encontram-se sedeados em Cabo Verde e não têm rating.

Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2015						Total
	Prazos residuais contratuais						
	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	90.189	-	-	-	-	-	90.189
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	23.166	336.444	359.610
Empréstimos e contas a receber (valor bruto)	58.166	535.088	-	134.808	-	-	728.062
Outros devedores	340.238	-	-	-	-	-	340.238
	<u>488.593</u>	<u>535.088</u>	<u>-</u>	<u>134.808</u>	<u>23.166</u>	<u>336.444</u>	<u>1.518.099</u>
Passivo							
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	215.087	-	-	-	215.087
Outros credores	270.317	-	-	-	-	-	270.317
	<u>270.317</u>	<u>-</u>	<u>215.087</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>485.404</u>
	2014						
	Prazos residuais contratuais						
	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	66.844	-	-	-	-	-	66.844
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	23.166	319.634	342.800
Empréstimos e contas a receber (valor bruto)	-	580.767	9.998	69.452	50.000	-	710.217
Outros devedores	390.035	-	-	-	-	-	390.035
	<u>456.879</u>	<u>580.767</u>	<u>9.998</u>	<u>69.452</u>	<u>73.166</u>	<u>319.634</u>	<u>1.509.896</u>
Passivo							
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	204.283	-	-	-	204.283
Outros passivos financeiros	66	-	-	-	-	-	66
Outros credores	332.179	-	-	-	-	-	332.179
	<u>332.245</u>	<u>-</u>	<u>204.283</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>536.528</u>

Os saldos apresentados acima não são comparáveis com os saldos contabilísticos, dado incluírem fluxos de caixa projectados e não se encontrarem descontados.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos no “Até 1 mês”;
- Os valores que constam das rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade “Até 1 mês”;

- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade "Indeterminado";
- Os montantes registados na rubrica "Depósitos recebidos de resseguradores" correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renovados ao início de cada exercício, pelo que foram classificados como maturidade de "entre 6 meses a 1 ano".

Risco de mercado

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

	2015			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	taxa fixa	taxa variável		
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	90.189	90.189
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	335.219	335.219
Empréstimos e contas a receber (Valor bruto)	688.096	39.966	-	728.062
Outros devedores	-	-	340.238	340.238
	<u>688.096</u>	<u>39.966</u>	<u>765.646</u>	<u>1.493.708</u>
Passivo				
Depósitos recebidos de resseguradores	215.087	-	-	215.087
Outros credores	-	-	270.317	270.317
	<u>215.087</u>	<u>-</u>	<u>270.317</u>	<u>485.404</u>

	2014			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	taxa fixa	taxa variável		
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	66.844	66.844
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	342.800	342.800
Empréstimos e contas a receber (Valor bruto)	670.251	39.966	-	710.217
Outros devedores	-	-	390.035	390.035
	<u>670.251</u>	<u>39.966</u>	<u>799.679</u>	<u>1.509.896</u>
Passivo				
Depósitos recebidos de resseguradores	204.283	-	-	204.283
Outros passivos financeiros	-	-	66	66
Outros credores	-	-	332.179	332.179
	<u>204.283</u>	<u>-</u>	<u>332.245</u>	<u>536.528</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o detalhe do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade, tem a seguinte decomposição:

	2015					
	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Activo						
Empréstimos e contas a receber	58.166	535.088	-	44.250	90.558	728.062
	<u>58.166</u>	<u>535.088</u>	<u>-</u>	<u>44.250</u>	<u>90.558</u>	<u>728.062</u>
Passivo						
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	(215.087)	-	-	(215.087)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(215.087)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(215.087)</u>
Exposição líquida	<u>58.166</u>	<u>535.088</u>	<u>(215.087)</u>	<u>44.250</u>	<u>90.558</u>	<u>512.975</u>

	2014					Total
	Entre 7 dias e 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	
Activo						
Empréstimos e contas a receber	580.767	-	69.452	50.000	-	710.217
	<u>580.767</u>	<u>-</u>	<u>69.452</u>	<u>50.000</u>	<u>-</u>	<u>710.217</u>
Passivo						
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	(204.283)	-	-	(204.283)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(204.283)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(204.283)</u>
Exposição líquida	580.767	-	(134.831)	50.000	-	505.934
	<u>580.767</u>	<u>-</u>	<u>(134.831)</u>	<u>50.000</u>	<u>-</u>	<u>505.934</u>

Risco cambial

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2015		
	Escudos de Cabo Verde	Dólares Norte Americanos	Total
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	88.505	1.684	90.189
Activos financeiros disponíveis para venda	360.703	-	360.703
Empréstimos e contas a receber (valor bruto)	728.062	-	728.062
Outros devedores	340.238	-	340.238
	<u>1.517.508</u>	<u>1.684</u>	<u>1.519.192</u>
Passivo			
Depósitos recebidos de resseguradores	215.087	-	215.087
Outros credores	270.317	-	270.317
	<u>485.404</u>	<u>-</u>	<u>485.404</u>
	2014		
	Escudos de Cabo Verde	Dólares Norte Americanos	Total
Activo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	61.529	5.315	66.844
Activos financeiros disponíveis para venda	342.800	-	342.800
Empréstimos e contas a receber (valor bruto)	710.217	-	710.217
Outros devedores	390.035	-	390.035
	<u>1.504.581</u>	<u>5.315</u>	<u>1.509.896</u>
Passivo			
Depósitos recebidos de resseguradores	204.283	-	204.283
Outros passivos financeiros	66	-	66
Outros credores	332.179	-	332.179
	<u>536.528</u>	<u>-</u>	<u>536.528</u>

6. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
	<hr/>	<hr/>
Caixa e seus equivalentes:		
Sede	2.946	3.018
Dependências	817	1.080
	<hr/>	<hr/>
	3.763	4.098
Depósitos à ordem:		
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	63.241	40.436
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	11.559	2.402
Novo Banco, S.A.	3.638	11.482
Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.R.L.	3.343	2.995
Banco Caboverdiano de Negócios, S.A.	2.548	1.504
Banco Africano de Investimentos, S.A.	1.506	3.691
Ecobank	591	236
	<hr/>	<hr/>
	86.426	62.746
	<hr/>	<hr/>
	90.189	66.844
	<hr/>	<hr/>

O valor de 63.241 mCVE no depósito à ordem, no Banco Comercial do Atlântico, S.A, inclui um montante de 45.967,15 USD (1.684 mCVE).

7. TERRENOS E EDIFÍCIOS

Nos exercícios de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nas rubricas de “Terrenos e edifícios” foi o seguinte:

	2015							
	Saldos em Dez.14			Amort. do exerc.	Adições	Saldos em Dez.15		
	Valor bruto	Amortiz. acum.	Reavaliação (Nota 16)			Valor bruto	Amortiz. acum.	Valor Líquido
Terrenos e edifícios:				(Nota 19)				
De uso próprio	387.435	(36.225)	-	(10.690)	230	387.665	(46.915)	340.750
De rendimento	284.582	-	-	-	19.828	304.410	-	304.410
	<u>672.017</u>	<u>(36.225)</u>	<u>-</u>	<u>(10.690)</u>	<u>20.058</u>	<u>692.075</u>	<u>(46.915)</u>	<u>645.160</u>

	2014							
	Saldos em Dez.13			Amort. do exerc.	Adições	Saldos em Dez.14		
	Valor bruto	Amortiz. acum.	Reavaliação (Nota 16)			Valor bruto	Amortiz. acum.	Valor Líquido
Terrenos e edifícios:				(Nota 19)				
De uso próprio	381.049	(29.100)	-	(7.125)	6.386	387.435	(36.225)	351.210
De rendimento	253.809	-	1.093	-	29.680	284.582	-	284.582
	<u>634.858</u>	<u>(29.100)</u>	<u>1.093</u>	<u>(7.125)</u>	<u>36.066</u>	<u>672.017</u>	<u>(36.225)</u>	<u>635.792</u>

No exercício de 2015, as adições de terrenos e edifícios de rendimento correspondem a benfeitorias realizadas no imóvel designado “Prédio ASA”.

No exercício de 2014, as adições correspondem aos imóveis recebidos pela Companhia em dação de pagamento das obrigações emitidas pela TecniciL Imobiliária, incluindo os respectivos juros vencidos e juros de mora aplicáveis (Nota 5.2).

No momento do seu reconhecimento inicial, estes imóveis foram registados pelo valor das respectivas avaliações, realizadas no âmbito da operação de dação em pagamento.

Terrenos e edifícios de uso próprio

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os terrenos e edifícios de serviço próprio detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	Ano de aquisição	Data da última avaliação	2015			2014		
			Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Praia – Chã de Areia	2004	2015	201.208	(26.708)	174.500	201.208	(20.671)	180.537
Filial São Vicente	1994	2015	44.134	(5.755)	38.379	44.134	(4.413)	39.721
Armazém Achada Grande	2006	2015	23.764	(3.099)	20.665	23.764	(2.376)	21.388
Boavista – Espaço comercial	2007	2015	19.004	(2.463)	16.541	19.004	(1.885)	17.119
Agência – Palmarejo	2010	2015	17.387	(2.267)	15.120	17.387	(1.739)	15.648
Apartamento Filial S. Vicente	2001	2015	16.825	(2.194)	14.631	16.825	(1.683)	15.142
Praia – Av. Guerra Mendes – 4º Plateau	1991	2015	15.824	(2.064)	13.760	15.824	(1.582)	14.242
Terreno – Praia - Chã de Areia	2005	2015	9.523	-	9.523	9.523	-	9.523
Praia – Av. Guerra Mendes – 2º Plateau	1986	2015	10.542	(1.375)	9.167	10.542	(1.054)	9.488
Terreno – Sal	1993	2015	8.670	-	8.670	8.670	-	8.670
Sal – Santa Maria – Loja	2008	2015	7.598	(990)	6.608	7.598	(822)	6.776
Terreno - Palha Sé - AGF - Praia	2014	2015	6.386	-	6.386	6.386	-	6.386
Terreno – Assomada	2007	2015	6.000	-	6.000	6.000	-	6.000
Terreno – São Filipe	2011	2015	570	-	570	570	-	570
Terreno – R. Craquinha	2015	n.a.	230	-	230	-	-	-
			<u>387.665</u>	<u>(46.915)</u>	<u>340.750</u>	<u>387.435</u>	<u>(36.225)</u>	<u>351.210</u>

Conforme referido na Nota 3.2.4., os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao custo de aquisição, de acordo com a opção prevista na IAS 16, tendo o seu justo valor em 1 de Janeiro de 2010 sido considerado como custo de aquisição.

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respectiva vida útil definida em cada avaliação.

O imóvel situado na Praia – Chã de Areia corresponde à parcela da Companhia no edifício da Sede, cujas obras foram concluídas no exercício de 2004. O terreno onde se encontram construídas estas instalações foi adquirido no exercício de 2005.

Terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os terrenos e edifícios de rendimento detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	Ano de aquisição	Data da última avaliação	Custo de aquisição	Valor de balanço	
				2015 Valor Bruto	2014 Valor Bruto
Sal – Santa Maria – 1º Dto	2008	2015	39.927	55.615	55.615
Sal – Santa Maria – 1º Esq	2008	2015	35.127	44.270	44.270
Prédio - Rua do Corvo	2010	2015	29.137	29.835	29.835
Espaço Comercial Vila Verde Resort-Bloco C - Sta.Maria	2014	2015	29.680	29.680	29.680
Edifício Águia	2010	2015	24.104	25.010	25.010
Predio BIA - Av. Cidade Lisboa	2011	2015	23.053	23.655	23.655
Prédio ASA	2011	2015	18.577	40.828	21.000
Miramar	2008	2015	17.476	17.872	17.872
Boavista - Espaço comercial	2008	2015	13.068	16.093	16.093
Espaço Turinvest - Bloco B nº0/4 Sal - Sta.Maria	2013	2015	14.925	14.925	14.925
Praia – Palmarejo	2005	2015	4.757	6.627	6.627
			<u>249.831</u>	<u>304.410</u>	<u>284.582</u>

Conforme referido na Nota 3.2.3., os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor determinado com recurso a avaliadores externos.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos ou edifícios são efectuadas tendo em vista a obtenção do preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objecto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Os métodos de avaliação normalmente utilizados são:

- Método comparativo de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transacções e/ou propostas efectivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário.
- Método do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas.

Nos exercícios de 2015 e 2014, os rendimentos reconhecidos na conta de ganhos e perdas relativos a terrenos e edifícios de rendimento foram de mCve. 12.363 e mCve. 11.580, respectivamente (Nota 14).

8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2015 e 2014, o movimento nas rubricas de “Outros activos tangíveis” foi o seguinte:

	2015										
	SalDOS em Dez14			Reforços / reversões de imparidade no exercício			Alienações e abates		SalDOS em Dez15		
	Valor bruto	Amortiz. Acumul.	Adições	Transferências	Amort. do exerc. (Nota 19)	Reforços / reversões de imparidade no exercício	Saldo bruto	Amortizações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Equipamento:											
Equipamento administrativo	81.993	(72.774)	2.303	-	(4.738)	-	(42.497)	42.497	41.799	(35.015)	6.784
Equipamento informático	97.347	(83.425)	8.184	-	(8.802)	-	(76.716)	76.452	28.815	(15.775)	13.040
Material de transporte	91.996	(59.433)	16.470	-	(6.961)	-	(20.348)	19.493	88.118	(46.901)	41.217
Outro equipamento	18.195	(16.799)	1.010	-	(1.429)	-	(11.903)	12.143	7.302	(6.085)	1.217
Património artístico	4.276	-	323	-	-	-	-	-	4.599	-	4.599
Despesas em edifícios arrendados	20.152	(19.653)	-	-	-	-	(18.301)	17.873	1.851	(1.780)	71
Activos tangíveis em curso											
Terrenos e edifícios em curso	97.952	(33.437)	-	(3.234)	-	(25.851)	(4.406)	-	90.312	(59.288)	31.024
Outros	987	-	13	-	-	-	-	-	1.000	-	1.000
	412.898	(285.521)	28.303	(3.234)	(21.930)	(25.851)	(174.171)	168.458	263.796	(164.844)	98.952

	2014										
	SalDOS em Dez13			Reforços / reversões de imparidade no exercício			Alienações e abates		SalDOS em Dez14		
	Valor bruto	Amortiz. Acumul.	Adições	Transferências	Amort. do exerc. (Nota 19)	Reforços / reversões de imparidade no exercício	Saldo bruto	Amortizações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Equipamento:											
Equipamento administrativo	80.771	(65.857)	1.222	-	(6.917)	-	-	-	81.993	(72.774)	9.219
Equipamento informático	83.634	(76.158)	13.713	-	(7.267)	-	-	-	97.347	(83.425)	13.922
Material de transporte	69.054	(54.081)	27.237	435	(9.461)	-	(4.730)	4.109	91.996	(59.433)	32.563
Outro equipamento	18.195	(14.979)	-	-	(1.820)	-	-	-	18.195	(16.799)	1.396
Património artístico	4.276	-	-	-	-	-	-	-	4.276	-	4.276
Despesas em edifícios arrendados	20.136	(17.974)	16	-	(1.679)	-	-	-	20.152	(19.653)	499
Activos tangíveis em curso											
Terrenos e edifícios em curso	94.719	(30.500)	3.233	-	-	(2.937)	-	-	97.952	(33.437)	64.515
Outros	1.422	-	-	(435)	-	-	-	-	987	-	987
	372.207	(259.549)	45.421	-	(27.144)	(2.937)	(4.730)	4.109	412.898	(285.521)	127.377

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “Activos tangíveis em curso – Terreno e edifícios em curso” refere-se a imóveis adquiridos pela Companhia nos quais estão a ser realizadas obras. Nestas datas, inclui seis fracções do condomínio “Salinas Beach Resort”, situado na ilha do Maio, recebidas em dação em pagamento de prémios de seguro, cujo valor de balanço, líquido de imparidade ascende a mCve. 24.305 e mCve. 50.156, respectivamente. O registo destes activos foi efectuado com base em contratos de promessa de compra e venda, que preveem a transferência para a Companhia dessas fracções após a conclusão da construção do empreendimento em que se encontram inseridas.

No exercício de 2013, a Companhia registou uma imparidade relativa a estas fracções no montante de mCve. 30.500, tendo reforçado a mesma, em 2014, no montante de mCve 2.937. Adicionalmente, registou em 2014 na rubrica “Outras Provisões” uma provisão no montante de mCve. 25.851 para cobertura de perdas potenciais estimadas associadas a este imóvel (Nota 11). No exercício de 2015 este valor foi revertido na rubrica “Outras Provisões” e foi registado um reforço da imparidade associada a estas fracções pelo mesmo montante.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estão em vigor contratos de leasing para aquisição de viaturas, registados nas seguintes rubricas de balanço:

	2015	2014
Equipamento de transporte		
. Valor bruto	88.118	39.260
. Amortizações acumuladas	(46.907)	(36.573)
	<u>41.211</u>	<u>2.687</u>
Fornecedores de imobilizado em locação financeira (Nota 34)	18.884	8.098

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os pagamentos mínimos das locações operacionais relativos a equipamentos de transporte detalham-se conforme se segue:

	2015	2014
Rendas		
. Até 1 ano	4.041	421
. Mais de 1 ano	13.101	6.607
	<u>17.142</u>	<u>7.028</u>
Valor residual	1.743	1.070
	<u>18.885</u>	<u>8.098</u>

9. AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a afectação dos investimentos e outros activos a contratos de seguro, pode ser resumida da seguinte forma:

	2015			Total
	Seguros de vida	Seguros não vida	Não afectos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem			90.189	90.189
Activos financeiros disponíveis para venda	14.649	325.291	(4.721)	335.219
Empréstimos concedidos e contas a receber	26.021	368.052	322.000	716.073
Terrenos e edifícios	14.649	362.512	267.999	645.160
Outros activos tangíveis			98.951	98.951
	<u>55.319</u>	<u>1.055.855</u>	<u>774.418</u>	<u>1.885.592</u>

	2014			Total
	Seguros vida	Seguros não vida	Não afectos	
Caixa e depósitos à ordem			66.844	66.844
Activos financeiros disponíveis para venda	12.487	307.419	22.894	342.800
Empréstimos concedidos e contas a receber	11.556	686.672		698.228
Terrenos e edifícios	6.623	371.397	257.771	635.792
Outros activos tangíveis			127.376	127.376
	<u>30.666</u>	<u>1.365.488</u>	<u>474.885</u>	<u>1.871.040</u>

10. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2015 e 2014, o movimento nas rubricas de “Outros activos intangíveis” foi o seguinte:

	2015							
	Saldos em Dez 14			Alienações e abates			Saldos em Dez 15	
	Valor bruto	Amort. Acum.	Aquisições	Saldo Bruto	Amortizações e Imparidades	Amort. do exerc.	Valor bruto	Amort. Acum.
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	118.861	(102.334)	7.859	(75.100)	75.100	(13.944)	51.620	(41.178)

(Nota 19)

	2014							
	Saldos em Dez 13			Alienações e abates			Saldos em Dez 14	
	Valor bruto	Amort. Acum.	Aquisições	Saldo Bruto	Amortizações e Imparidades	Amort. do exerc.	Valor bruto	Amort. Acum.
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	113.082	(90.505)	5.779	-	-	(11.829)	118.861	(102.334)

(Nota 19)

Ao abrigo da norma IAS 38, a Companhia procedeu ao abate de um conjunto de activos intangíveis. Estes encontravam-se totalmente amortizados há vários anos e sem qualquer valor de uso ou valor comercial a 31/12/15, pelo que, ao abrigo da referida norma, não deveriam continuar nas demonstrações financeiras da Companhia.

11. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS DE CONTAS DE ACTIVO

O movimento dos ajustamentos nos exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	Saldos em			Variação por resultados			Saldos em
	Dez-13	Provisões	Outros	Utilizações	Dez-14	Provisões	
Provisão para recibos por cobrar (Nota 33)	54.960	1.009	-	-	55.969	11.403	217
Provisão para recibos por cobrança duvidosa (Nota 33)							
- Devedores por operações de resseguro	3.663	-	-	-	3.663	12.360	-
- Outros devedores	18.769	10.471	-	(95)	29.145	(2.361)	-
	<u>22.432</u>	<u>10.471</u>	<u>-</u>	<u>(95)</u>	<u>32.808</u>	<u>10.000</u>	<u>-</u>
Provisão para riscos e encargos							
- Devedores por operações de resseguro	38	-	-	-	38	-	-
- Impostos	-	-	42.531	-	42.531	-	-
- Outras	5.709	25.851	-	-	31.560	(25.851)	-
	<u>5.747</u>	<u>25.851</u>	<u>42.531</u>	<u>-</u>	<u>74.129</u>	<u>(25.851)</u>	<u>-</u>
	<u>83.139</u>	<u>37.331</u>	<u>42.531</u>	<u>(95)</u>	<u>162.906</u>	<u>(4.448)</u>	<u>217</u>

No exercício de 2014, o reforço da rubrica “Provisões para riscos e encargos – Outras” destinava-se à cobertura de perdas por imparidade estimadas relativas ao imóvel “Salinas Beach Resort”. No exercício de 2015, este valor foi revertido por contrapartida da rubrica “Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro” (Nota 36), tendo sido reconhecidas perdas por imparidade no imóvel “Salinas Beach Resort” pelo mesmo montante (Nota 8).

No exercício de 2014, a Companhia constituiu uma provisão para contingências fiscais, registada por contrapartida da rubrica “Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes” (Nota 22).

12. PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ramos Técnicos	2015			2014		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos						
Ramo vida	83.419	(31.876)	51.543	50.241	(30.304)	19.937
Ramo não vida						
Automóvel	551.622	(176.222)	375.400	544.776	(225.406)	319.370
Incêndio e outros danos	216.663	(178.267)	38.396	227.601	(188.101)	39.500
Acidentes e doença	195.461	(51.929)	143.532	193.258	(51.066)	142.192
Transportes	75.478	(45.672)	29.806	68.074	(41.526)	26.548
Diversos	14.538	-	14.538	11.904	-	11.904
Responsabilidade civil geral	87.045	(59.563)	27.482	65.724	(59.403)	6.321
	<u>1.140.807</u>	<u>(511.653)</u>	<u>629.154</u>	<u>1.111.337</u>	<u>(565.502)</u>	<u>545.835</u>
	<u>1.224.226</u>	<u>(543.529)</u>	<u>680.697</u>	<u>1.161.578</u>	<u>(595.806)</u>	<u>565.772</u>

A variação da provisão para prémios não adquiridos para o exercício de 2015 e 2014 apresenta a seguinte composição:

Ramos Técnicos	2015			2014		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Varição da provisão para prémios não adquiridos:						
Ramo não vida						
Automóvel	(5.204)	(16.915)	(22.119)	966	(7.753)	(6.787)
Incêndio e outros danos	790	(13.131)	(12.341)	(1.443)	6.532	5.089
Acidentes e doença	2.429	(365)	2.064	2.903	-	2.903
Transportes	(1.628)	264	(1.364)	(2.288)	(2.825)	(5.113)
Diversos	(476)	-	(476)	(6.473)	7.942	1.469
Responsabilidade civil geral	(3.564)	(6.364)	(9.928)	(507)	621	114
	<u>(7.653)</u>	<u>(36.511)</u>	<u>(44.164)</u>	<u>(6.842)</u>	<u>4.517</u>	<u>(2.325)</u>

13. COMISSÕES E PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS RECEBIDAS DOS CONTRATOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Vida	5.961	5.906
Não Vida:		
Automóvel	40.378	80.013
Incêndio e outros danos	38.067	35.428
Acidentes e doença	16.613	11.284
Transportes	13.288	7.228
Responsabilidade civil	5.984	6.082
	<u>114.330</u>	<u>140.035</u>
	<u>120.291</u>	<u>145.941</u>

14. RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2015 e 2014, as rubricas de rendimentos de investimentos, apresentam a seguinte composição:

	2015					2014				
	Juros	Dividendos	Rendas	Outros	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Outros	Total
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos vida:										
Terrenos e edifícios (Nota 7)	-	-	89	-	89	978	-	354	-	1.332
Activos disponíveis para vendas	-	1.563	-	-	1.563	-	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	386	-	-	-	386	-	-	-	-	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito	777	-	-	-	777	-	-	-	-	-
	<u>1.163</u>	<u>1.563</u>	<u>89</u>	<u>-</u>	<u>2.814</u>	<u>978</u>	<u>-</u>	<u>354</u>	<u>-</u>	<u>1.332</u>
Investimentos afectos às provisões técnicas dos ramos não-vida:										
Terrenos e edifícios (Nota 7)	-	-	1.650	-	1.650	-	-	11.226	-	11.226
Activos financeiros disponíveis para venda	-	6.158	-	-	6.158	-	6.621	-	-	6.621
Empréstimos e contas a receber	8.649	-	-	-	8.649	11.353	-	-	-	11.353
Depósitos à ordem em instituições de crédito	18.622	-	-	673	19.295	19.907	-	-	1.731	21.638
	<u>27.271</u>	<u>6.158</u>	<u>1.650</u>	<u>673</u>	<u>35.752</u>	<u>31.260</u>	<u>6.621</u>	<u>11.226</u>	<u>1.731</u>	<u>50.838</u>
Investimentos não afectos:										
Terrenos e edifícios (Nota 7)	-	-	10.624	-	10.624	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	502	-	-	502	-	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	7.802	-	-	-	7.802	-	-	-	-	-
	<u>7.802</u>	<u>502</u>	<u>10.624</u>	<u>-</u>	<u>18.928</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>36.236</u>	<u>8.223</u>	<u>12.363</u>	<u>673</u>	<u>57.494</u>	<u>32.238</u>	<u>6.621</u>	<u>11.580</u>	<u>1.731</u>	<u>52.170</u>

15. GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

No exercício de 2014, o saldo destas rubricas corresponde à mais-valia de mCve. 224.130 realizada com a alienação de 89.504 acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A., representativas de 6,576% do capital social do Banco (Nota 5). Em 2015, este saldo foi de mCve. 642.

16. GANHOS E PERDAS PROVENIENTES DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2015 e 2014, estas rubricas reflectem a variação no justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento (Nota 7).

17. GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Nos exercícios de 2015 e 2014, os proveitos líquidos com diferenças de câmbio ascenderam a mCve. 1.103 e mCve. 395, respectivamente (Nota 36).

18. CUSTOS DE FINANCIAMENTO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os custos de financiamento incluem juros de depósitos recebidos de resseguradores e de activos em locação financeira (Nota 19), e apresentam o seguinte detalhe de juros suportados:

	2015	2014
Depósitos recebidos de resseguradores	5.784	8.929
Activos em locação financeira	783	435
	<u>6.567</u>	<u>9.364</u>

19. GASTOS DIVERSOS, POR NATUREZA E FUNÇÃO

Nos exercícios de 2015 e 2014, os gastos diversos apresentam a seguinte composição por natureza:

	2015	2014
Gastos com pessoal (Nota 20)	<u>211.122</u>	<u>204.378</u>
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	36.758	22.715
Electricidade	14.267	15.688
Publicidade e propaganda	14.102	15.617
Comunicação	14.549	13.328
Custos com trabalho independente	7.992	12.485
Conservação e reparação	8.594	9.769
Impressos e material de escritório	9.271	9.756
Seguros	3.621	8.000
Deslocações e estadas	7.138	7.113
Rendas e alugueres	6.974	5.363
Vigilância e segurança	5.056	5.074
Artigos para oferta	3.618	4.113
Combustíveis	2.336	3.477
Limpeza, higiene e conforto	3.072	3.150
Despesas com cobrança de recibos	2.344	3.081
Prevenção	5.595	1.727
Contencioso e notariado	264	1.182
Despesas de representação	314	680
Outros	4.364	4.941
	<u>150.229</u>	<u>147.259</u>
Impostos e taxas		
Imposto sobre o valor acrescentado	5.262	3.832
Taxa para o Banco de Cabo Verde	8.142	8.581
Fundo de garantia automóvel	6.319	6.090
Encargos com juros (Nota 18)	6.567	9.364
Encargos com comissões	609	5.144
Outros	2.288	2.394
	<u>29.188</u>	<u>35.405</u>

Depreciações e amortizações do exercício

Terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 7)	10.690	7.125
Activos fixos tangíveis (Nota 8)	21.930	27.144
Activos intangíveis (Nota 10)	13.944	11.829
	<u>46.564</u>	<u>46.098</u>
	<u>437.103</u>	<u>433.140</u>

Nos exercícios de 2015 e 2014, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

	2015			2014		
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Total	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Total
Custos de aquisição:						
Custos imputados	2.651	104.356	107.007	10.072	94.241	104.313
Comissões de mediação	1.520	20.154	21.674	1.207	18.865	20.072
	<u>4.171</u>	<u>124.510</u>	<u>128.681</u>	<u>11.279</u>	<u>113.106</u>	<u>124.385</u>
Gastos administrativos:						
Custos imputados	5.315	247.960	253.275	39.168	202.768	241.936
Gastos com investimentos:						
Custos imputados	189	10.097	10.286	187	18.267	18.454
Custos com sinistros - Montantes pagos:						
Custos imputados	-	66.535	66.535	-	68.437	68.437
Total dos custos de exploração imputados	<u>8.155</u>	<u>428.948</u>	<u>458.777</u>	<u>49.427</u>	<u>383.713</u>	<u>453.212</u>

20. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Remunerações		
Órgãos sociais	12.999	11.333
Pessoal	111.988	107.360
Subsídios	27.233	25.886
Encargos sobre remunerações	21.999	22.507
Prémio de produtividade	12.952	14.142
Cursos de formação de colaboradores	6.717	4.066
Gastos de acção social	2.645	2.749
Seguros obrigatórios	238	3.808
Outros gastos com o pessoal	14.351	12.527
	<u>211.122</u>	<u>204.378</u>

Em 2015 e 2014, o número médio de trabalhadores, por categorias, é o seguinte:

	2015	2014
Administradores	5	3
Directores	5	5
Chefias	18	17
Técnicos	38	37
Administrativos	40	43
Pessoal auxiliar	18	19
	96	99

21. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus colaboradores.

22. IMPOSTOS

A Companhia está sujeita ao Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRPC), à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os saldos de activos e passivos por impostos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 eram os seguintes:

	2015	2014
<u>Activos por impostos correntes</u>		
Imposto Único sobre os Rendimentos:		
Entregas por conta		-
Retenções na fonte	10.927	4.343
Outros	5.402	4.910
	<u>16.329</u>	<u>9.253</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento:		
Imposto Único sobre os Rendimentos a pagar	(16.499)	(13.553)
Imposto do selo	(9.679)	(10.752)
Taxa do Banco de Cabo Verde	(3.774)	(4.229)
Fundo de Garantia Automóvel	(8.199)	(4.925)
Retenções na fonte	(4.164)	(4.191)
Contribuições para a segurança social	(1.369)	(1.618)
Outros	-	(79)
	<u>(43.684)</u>	<u>(39.347)</u>
	<u>(27.355)</u>	<u>(30.094)</u>
Activos por impostos diferidos	16.028	16.024
Passivos por impostos diferidos	<u>(61.707)</u>	<u>(61.707)</u>
	<u>(45.679)</u>	<u>(45.683)</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2015 e 2014 foi o seguinte:

	2015			Saldo em 31.12.2015
	Saldo em 31.12.2014	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(43.697)	4	-	(43.693)
Ajustamentos de transição para PCES	(1.986)	-	-	(1.986)
	(45.683)	4	-	(45.679)

	2014			Saldo em 31.12.2014
	Saldo em 31.12.2013	Variação em		
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(93.704)	50.007	-	(43.697)
Ajustamentos de transição para PCES	(1.986)	-	-	(1.986)
	(95.690)	50.007	-	(45.683)

No exercício de 2014, a variação do passivo por impostos diferidos da rubrica "Valorização de activos financeiros disponíveis para venda" resultou da operação de alienação de 89.504 acções do Banco Comercial do Atlântico, S.A., representativas de 6,576% do capital social do Banco (Nota 5).

Nos termos do Decreto-Lei nº 14/2010, de 26 de Abril, os impactos de transição para as NIRF apurados com referência a 1 de Janeiro de 2010 com efeitos nos capitais próprios, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do regulamento do IUR, concorrem para a formação do resultado tributável em partes iguais pelo período de cinco anos.

Os custos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2015	2014
Impostos correntes do exercício	36.336	12.269
Impostos correntes - provisões (Nota 11)	-	42.531
Impostos diferidos	-	-
Total de impostos em resultados	36.336	54.800
Lucro antes de impostos	142.948	225.697
Carga fiscal	25,42%	24,28%

A Companhia foi objecto de uma liquidação adicional em resultado da revisão pelas autoridades fiscais da declaração de imposto sobre o rendimento relativa ao exercício de 2013. A Companhia

contestou as correcções efectuadas, encontrando-se, à data de 31 de dezembro de 2015, pendente de regularização.

Não obstante considerar que a Companhia cumpriu com todas as disposições do normativo fiscal vigente, a Garantia registou em 2014 uma provisão para contingências fiscais tendo em vista cobrir, de forma prudente, eventuais perdas nesta área resultantes de divergências na interpretação do referido normativo pelas autoridades fiscais (Nota 11).

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto, verificada nos exercícios de 2015 e 2014, pode ser demonstrada como se segue:

	2015		2014	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		142.948		225.697
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,50%	36.452	25,50%	57.553
Provisões no imposto corrente	0,00%	-	18,84%	42.531
Diferenças definitivas a acrescentar:				
Imparidades não relevantes para efeitos fiscais	0,00%		4,61%	10.398
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0,00%		1,29%	2.903
Outros	(0,08%)	(116)	0,59%	1.321
Benefícios fiscais:				
Valias realizadas com a alienação de partes de capital	0,00%	-	(25,32%)	(57.153)
Dividendos de instrumentos de capital	0,00%		(0,75%)	(1.688)
Donativos e mecenato	0,00%		(0,47%)	(1.065)
Imposto sobre lucros do exercício	25,42%	36.336	24,28%	54.800

Nos termos da legislação em vigor, os rendimentos de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira e os dividendos pagos por entidades admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde encontram-se isentos de tributação.

Nos termos do Código Geral Tributário aprovado pela Lei 37/IV/ 92, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Companhia durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correcção seja significativa para as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2015.

23. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, o capital da Companhia está representado por 200.000 acções, com valor nominal de dois mil Escudos de Cabo Verde, encontrando-se integralmente subscrito e realizado, sendo detido pelas seguintes entidades:

	2015		2014	
	%	Número de Acções	%	Número de Acções
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	55,90	111.789	55,90	111.789
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	25,00	50.000	25,00	50.000
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, EP	12,19	24.380	12,19	24.380
CCV - Correios de Cabo Verde, EP	4,50	9.000	4,50	9.000
Trabalhadores	1,55	3.105	1,55	3.105
Estado de Cabo Verde	0,86	1.726	0,86	1.726
	<u>100,00</u>	<u>200.000</u>	<u>100,00</u>	<u>200.000</u>

Durante o exercício de 2014, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) alienou a totalidade da participação que detinha no capital social da Companhia à Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade). Por outro lado, o Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L. alienou também à Fidelidade acções representativas de 10% do capital social da Companhia.

Na Assembleia Geral da Companhia realizada em 30 de Março de 2015 foi deliberado que o resultado estatutário de 2014 fosse aplicado da seguinte forma:

Aplicação de resultados do exercício:

Reserva legal	17.090
Dividendos	68.359
Outras reservas	<u>85.448</u>
	<u>170.897</u>

Na Assembleia Geral da Companhia realizada em 26 de Maio de 2014 foi deliberado que o resultado estatutário de 2013 fosse aplicado da seguinte forma:

Aplicação de resultados do exercício:

Reserva legal	7.962
Dividendos	47.773
Outras reservas	<u>23.887</u>
	<u>79.622</u>

24. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor:		
- De activos financeiros disponíveis para venda	168.216	172.796
Reserva por impostos diferidos:		
- De activos financeiros disponíveis para venda	<u>(43.693)</u>	<u>(43.697)</u>
	<u>124.522</u>	<u>129.099</u>
Outras reservas		
- Reserva legal	133.513	116.423
- Reserva estatutária	233.939	148.489
- Outras reservas	<u>14.707</u>	<u>14.709</u>
	<u>382.159</u>	<u>279.621</u>
Resultados transitados	<u>46.019</u>	<u>46.019</u>
Resultado do exercício	<u>106.612</u>	<u>170.897</u>
	<u>659.312</u>	<u>625.636</u>

Uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício pelas instituições financeiras deve ser destinada à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior

As “Reservas de reavaliação” reflectem as mais e menos valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda.

25. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção em 2015 e 2014 foi determinado como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado líquido do exercício	106.612	170.897
Nº médio de acções em circulação	200.000	200.000
Resultado por acção (mCve.)	<u>0,533</u>	<u>0,854</u>

26. DIVIDENDOS POR ACÇÃO

Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Companhia efectuou a distribuição de dividendos relativos ao resultado líquido obtido em 2014 e 2013, respectivamente, conforme apresentado no quadro seguinte:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado líquido atribuído (mCve.)	68.359	47.773
Nº acções	<u>200.000</u>	<u>200.000</u>
Dividendos por acção (Escudos)	<u>341,795</u>	<u>238,865</u>

27. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Companhia as empresas do Grupo Fidelidade, outros accionistas relevantes (Grupo Caixa Geral de Depósitos e o Estado de Cabo Verde) e os órgãos de gestão.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as demonstrações financeiras da Companhia, incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2015							Total
	Grupo Caixa Geral de Depósitos							
	Estado de Cabo Verde	Cares, RHSA	Fidelidade	Banco Comercial do Atlântico	Banco Interatlântico	A Promotora	Promoleasing	
Activo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	63.241	11.559	-	-	74.800
Activos disponíveis para venda	-	-	-	243.559	-	39.715	-	283.274
Empréstimos e contas a receber	23.165	-	-	4.284	30.560	-	-	58.009
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber por operações de seguro directo	11.171	-	-	31	473	-	-	11.675
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	(59)	(7.047)	-	-	-	-	(7.106)
Contas a receber por outras	-	-	-	-	-	-	18.884	18.884
	<u>34.336</u>	<u>(59)</u>	<u>(7.047)</u>	<u>311.116</u>	<u>42.592</u>	<u>39.715</u>	<u>18.884</u>	<u>439.536</u>
Passivo								
Depósitos recebidos de	-	-	(15.798)	-	-	-	-	(15.798)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por operações de seguro directo	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	37.818	-	-	-	-	37.818
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	<u>22.019</u>	-	-	-	-	<u>22.019</u>

	2015							Total
	Grupo Caixa Geral de Depósitos							
	Estado de Cabo Verde	Cares, RHSA	Fidelidade	Banco Comercial do Atlântico	Banco Interatlântico	A Promotora	Promoleasing	
Resultado								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	17.154	-	-	29.981	9.878	395	-	57.408
Prémios de resseguro cedido		1.810	20.964					22.774
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-							-
Montantes pagos								-
Montantes brutos								-
Parte dos resseguradores			(11.007)					(11.007)
Custos de aquisição								-
Gastos administrativos								-
resseguro	-	1.111	(8.455)	-	-	-	-	(7.344)
Rendimentos			1.040					1.040
Gastos financeiros								-
	17.154	2.921	2.543	29.981	9.878	395	-	62.872
								(mCVE)

	2014							Total	
	Grupo Fosun			Grupo Caixa Geral de Depósitos					
	Estado de Cabo Verde	Cares RH S.A.	Fidelidade	Caixa Geral de Depósitos	Banco Comercial do Atlântico	Banco Interatlântico	A Promotora		Promoleasing
Activo									
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	40.437	2.402	-	-	42.839
Activos disponíveis para venda	-	-	-	-	243.559	-	39.730	3.000	286.289
Empréstimos e contas a receber	23.165	-	-	-	361.426	231.115	-	-	615.706
Outros devedores por operações de seguros e outras operações									
Contas a receber por operações de seguro directo	2.416	-	-	-	1.981	-	-	-	4.398
Contas a receber por outras operações	732	-	-	-	-	-	-	-	732
	26.314	-	-	-	647.404	233.517	39.730	3.000	949.965
Passivo									
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	(37.818)	-	-	-	-	-	(37.818)
Outros credores por operações de seguros e outras operações									
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	(37.818)	-	144	-	-	-	(37.674)

	2014							Total	
	Grupo Fosun			Grupo Caixa Geral de Depósitos					
	Estado de Cabo Verde	Cares RH S.A.	Fidelidade	Caixa Geral de Depósitos	Banco Comercial do Atlântico	Banco Interatlântico	A Promotora		Promoleasing
Resultado									
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	16.195	(98.113)	86.062	-	34.749	-	264	-	39.157
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	(20.672)	-	(1.263)	-	-	(541)	(22.476)
Comissões e part. nos result. resseguro	-	-	(20.918)	-	-	-	-	-	(20.918)
Rendimentos	-	-	-	-	8.688	14.905	-	-	23.593
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	224.130	-	-	-	-	224.130
	16.195	(98.113)	44.472	224.130	42.175	14.905	264	(541)	243.487

Conforme descrito na Nota 5, em 2014 a Companhia registou uma mais-valia de mCve. 224.130 na alienação à Caixa Geral de Depósitos de uma parcela da sua participação no Banco Comercial do Atlântico, S.A..

Órgãos de gestão

Em 2015, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração da Companhia ascenderam a mCVE. 17.554 (mCVE. 17.358 no exercício de 2014).

28. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 encontra-se apresentada em separado.

29. COMPROMISSOS

A Companhia não tem quaisquer compromissos contratuais referentes à aquisição de activos fixos tangíveis e intangíveis, para além dos contratos de locação financeira (Nota 8).

30. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia não tem quaisquer passivos contingentes adicionais para além dos passivos contingentes relacionados com a actividade normal da Companhia (sinistros).

31. ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não tinha assumido qualquer compromisso por garantias prestadas, para além das que decorrem da actividade corrente, nomeadamente, dos seguros do ramo caução.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

Com o objectivo de facilitar a leitura das demonstrações financeiras da Garantia em 31 de Dezembro de 2015, apresentam-se de seguida, algumas notas adicionais (Notas 33 a 36), não obrigatórias.

33. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

A composição desta rubrica é a seguinte:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contas a receber por operações de seguro directo:		
Recibos por cobrar:		
Ramo automóvel	32.524	28.172
Ramo acidentes de trabalho	21.872	26.351
Outros ramos	<u>72.608</u>	<u>109.857</u>
	<u>127.003</u>	<u>164.380</u>
Reembolsos de sinistros:		
Ramo automóvel	2.770	3.090
Reembolsos emitidos de outros ramos	<u>55.244</u>	<u>59.961</u>
	<u>58.014</u>	<u>63.051</u>
Mediadores:		
Contas correntes	1.244	2.086
Comissões a pagar	409	2.373
Comissões a receber	92	90
Co-seguradores:		
Contas correntes	4.598	10.146
Outros saldos	<u>(193)</u>	<u>13.762</u>
	<u>6.151</u>	<u>28.457</u>
	<u>191.168</u>	<u>255.888</u>
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 11)	<u>(67.589)</u>	<u>(55.969)</u>
	<u>123.579</u>	<u>199.919</u>
Contas a receber por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	81.106	79.352
Contas correntes de ressegurados	<u>3.695</u>	<u>3.695</u>
	84.801	83.047
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 11)	<u>(16.023)</u>	<u>(3.663)</u>
	<u>68.778</u>	<u>79.384</u>
Contas a receber por outras operações:		
Pessoal	36.688	34.066
Outros devedores	<u>137.978</u>	<u>105.811</u>
	174.666	139.877
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 11)	<u>(26.784)</u>	<u>(29.145)</u>
	<u>147.881</u>	<u>110.732</u>
	<u>340.238</u>	<u>390.035</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, os ajustamentos para devedores de cobrança duvidosa afecta a devedores por operações de resseguro refere-se a um litígio com um ressegurador, aos saldos de resseguradores considerados de difícil cobrabilidade e a saldos a receber de ressegurados.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros Devedores” apresenta o seguinte detalhe por entidade:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
MSF-Moniz da Maia	230	16.874
Transportes Aéreos de Cabo Verde, S.A.	32.328	
Flaviano de Jesus Galina Monteiro	8.522	8.522
Hospital Agostinho Neto	4.493	7.495
Hiper Peças Lda	6.361	6.361
Fidelidade Companhia de Seguros	7.047	4.114
Milénio Tour	3.000	3.000
Sambala Furnishings	2.841	2.841
António Lopes da Moura	2.753	2.753
Mundialtur	4.181	
Tanscap	2.200	
Atlantictours, Lda.	2.700	2.700
Olicar, Lda.	605	2.637
A Promotora	1.570	2.158
Câmara Municipal de S. Vicente	1.782	1.782
Stand Moderno	1.280	1.589
Tribunal de Porto Novo	852	1.547
Paradise Beach Resort	1.318	1.172
Moura Company	986	1.139
Universal Seguros, S.A.	5.023	1.042
Oficina Joel Évora	4.690	-
Tudodirecto.com	2.073	-
Cabetur, S.A.	2.296	
Protege	7.245	
Outros	<u>31.603</u>	<u>38.085</u>
	<u>137.978</u>	<u>105.811</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o valor a receber da MSF-Moniz da Maia corresponde a prémios em dívida, com plano de pagamentos definido.

Em 31 de Dezembro de 2015, o valor a receber da TACV diz respeito a recibos de prémio de acerto, relativos aos seguros de aviação, que se encontravam pendentes de cobrança.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o valor a receber do Hospital Agostinho Neto corresponde a montantes adiantados pela Companhia no âmbito de protocolos de assistência médica em consequência de sinistros ocorridos.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o valor a receber da Hiperpeças contém o montante de mCve 1.405 correspondente a suprimentos concedidos remunerados a uma taxa fixa de 4,5% e com data de reembolso em Abril de 2010. Este montante encontra-se vencido e em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 encontrava-se totalmente provisionado.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o valor a receber da Stand Moderno, Oficina Joel Évora, Hiperpeças e Olicar, Lda. correspondem a montantes adiantados pela Companhia no âmbito de

protocolos de fornecimento de peças para reparação de automóveis em consequência de sinistros ocorridos.

Periodicamente, a Companhia efectua uma análise colectiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como “Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 11). Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

	2015					Perdas por imparidade	Total
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 a 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias a 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano		
Ramo Vida	555	537	439	484	2.802	(514)	4.304
Ramo não vida:							
Acidentes e doença	2.116	7.967	3.068	6.040	16.762	(25.616)	10.336
Incêndio e outros danos	2.383	4.038	1.748	4.048	19.839	(11.023)	21.033
Automóvel	8.172	702	324	3.648	19.746	(11.140)	21.452
Transportes	1.854	111	121	52	16.119	(18.104)	154
Responsabilidade civil	131	1.213	97	195	1.136	(661)	2.110
Outros	-	-	-	-	556	(531)	25
	<u>14.656</u>	<u>14.031</u>	<u>5.358</u>	<u>13.982</u>	<u>74.158</u>	<u>(67.075)</u>	<u>55.110</u>
	<u>15.211</u>	<u>14.568</u>	<u>5.797</u>	<u>14.466</u>	<u>76.960</u>	<u>(67.589)</u>	<u>59.414</u>

	2014					Perdas por imparidade	Total
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 a 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias a 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano		
Ramo Vida	1.357	142	18	43	3.740	(606)	4.694
Ramo não vida:							
Automóvel	1.490	6.166	338	1.936	18.623	(9.547)	19.005
Acidentes de trabalho e doença	1.896	4.426	2.189	3.105	12.539	(19.614)	4.541
Incêndio e outros danos	5.382	9.969	2.116	567	13.185	(9.162)	22.057
Transportes	8.253	997	889	746	61.968	(16.195)	56.658
Responsabilidade civil	44	442	97	256	365	(120)	1.085
Outros	81	161	38	108	709	(725)	371
	<u>17.146</u>	<u>22.161</u>	<u>5.667</u>	<u>6.717</u>	<u>107.389</u>	<u>(55.363)</u>	<u>103.717</u>
	<u>18.503</u>	<u>22.302</u>	<u>5.685</u>	<u>6.761</u>	<u>111.129</u>	<u>(55.969)</u>	<u>108.411</u>

34. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 estas rubricas têm a seguinte composição (em mCVE):

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contas a pagar por operações de seguro directo:		
Mediadores:		
Conta corrente	2.364	2.348
Comissões a pagar	(2.709)	1.110
Comissões a receber	945	562
Tomadores de seguro:		
Estornos a pagar	22.458	26.098
Prémios recebidos antecipadamente	89.084	67.293
Co-seguradoras:		
Conta corrente		949
Outros saldos		18.899
	<u>112.142</u>	<u>117.259</u>
Contas a pagar por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	<u>84.907</u>	<u>138.010</u>
Contas a pagar por outras operações:		
Fornecedores	10.861	16.311
Pessoal	6.201	2.552
Outros Credores	<u>56.206</u>	<u>58.047</u>
	<u>73.268</u>	<u>76.910</u>
	<u>270.317</u>	<u>332.179</u>

A rubrica “Outros Credores” apresenta a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bocar - Sociedade Comercial de Veículos	3.016	20.842
Enapor, S.A.	-	7.006
Promoleasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A	18.884	8.098
Banco Comercial do Atlântico	5.361	2.375
Tropictur - Delegação da Praia	-	2.000
Cabo Verde Motor	2.895	1.571
Adrião Monteiro Vaz dos Reis	1.000	1.000
Protege - Prestação de Contas	1.042	-
Cimpor	1.338	
Outros	<u>22.670</u>	<u>14.962</u>
	<u>56.207</u>	<u>57.854</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o valor a pagar à Promoleasing – Sociedade de Locação Financeira, S.A. corresponde ao valor em dívida no âmbito de contratos de locação financeira (Nota 8).

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o valor a pagar à Bocar – Sociedade Comercial de Veículos, S.A. corresponde ao valor em dívida na sequência da aquisição de viaturas de serviço próprio.

35. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Activo		
Acréscimos de proveitos		
Rendimentos a receber de títulos	13.176	9.268
Juros de depósitos a prazo	<u>12.762</u>	<u>15.190</u>
	<u>25.938</u>	<u>24.458</u>
Gastos diferidos:		
Seguros	6.138	674
Comissões relativas a obrigações	34	107
Outros	<u>2.359</u>	<u>1.518</u>
	<u>8.531</u>	<u>2.299</u>
	<u>34.469</u>	<u>26.757</u>
Passivo		
Proveitos diferidos:		
Outros proveitos diferidos	<u>1</u>	<u>1</u>
Acréscimos de gastos:		
Encargos com férias e subsídio de férias	26.326	25.448
Acerto de comissões de resseguro cedido - Ramo automóvel	9.614	13.378
Prémio de produtividade a pagar aos colaboradores e órgãos sociais	13.360	10.064
Juros a liquidar	65	12
Outros acréscimos de custos	<u>9.403</u>	<u>7.329</u>
	<u>58.769</u>	<u>56.232</u>
	(mCve)	

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Outros gastos diferidos” corresponde a pensões pagas antecipadamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica “Acréscimos de Proveitos – Rendimentos a receber de títulos” inclui juros de cupões de obrigações a receber nos montantes de mCve. 11.386 e mCve. 7.649, respectivamente (Nota 5.2). Inclui ainda rendimentos relativos aos Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) nos montantes de mCve. 16.790 e mCve. 1.619, respectivamente.

36. OUTROS RENDIMENTOS / GASTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquido de resseguro:		
Rendimentos e ganhos não correntes		
Restituição de impostos		
Outros	<u>89</u>	<u>3.504</u>
Seguros		
Outros	<u>53</u>	<u>3.682</u>
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	1.166	952
Diferenças de câmbio favoráveis (Nota 17)	1.137	660
Outros rendimentos e ganhos financeiros	<u>26.192</u>	<u>13</u>
	<u>28.495</u>	<u>1.625</u>
Ganhos em outros activos tangíveis	4.299	-
Outros	<u>189</u>	<u>50</u>
	<u>33.125</u>	<u>8.861</u>
Outros rendimentos / gastos:		
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	(3.836)	(3.334)
Mecenato	<u>(8.999)</u>	<u>(10.575)</u>
	<u>(12.835)</u>	<u>(13.909)</u>
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(3)	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis (Nota 17)	(34)	(265)
Outros gastos e perdas financeiras	<u>(1.221)</u>	<u>(1.296)</u>
	<u>(1.258)</u>	<u>(1.561)</u>
	<u>(14.093)</u>	<u>(15.470)</u>

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Codigo	Identificacao dos titulos Designacao	Quantidade	Valor Nominal	% do valor nominal	Preco medio de aquisicao	Valor total de aquisicao	Valor de balanço			
							2015		2014	
						Unitario	Total	Unitario	Total	
	1- Instrumentos de capital e unidades de Participação									
	1.1 - Acções									
	BCA	76.322	76.322		1,00	76.322	3,191	243.559	3,191	243.559
	Promotora	50.000	50.000		1,00	50.000	0,794	39.715	0,795	39.730
	PromoLeasing	3.000	3.000		Quota	3.000	0,000	0	1,000	3.000
	CVC	2.637	21.968		8,33	21.968	0,602	13.224	0,810	17.790
	Sociedade Tabacos C.Verde	2.417	15.505		6,41	15.505	1,003	15.556	1,003	15.556
	Sub-total					166.795		312.054		319.635
	1.2 - Titulos de Participação									
	Titulos Consolidados de mobilização Financeira					22.222		23.165		23.165
	Sub-total					22.222		23.165		23.165
	2 - Titulos de divida									
	2.1 - De outros emissores publicos									
	Obrigações									
	Electra - Empresa de Electricidade e Aguas, SARL	50.000	50.000	100		50.000		50.000	1,000	50.000
	Sub-total					50.000		50.000		50.000
	2.1 - De outros emissores									
	Obrigações									
	Fast Ferry	9.998	9.998	100		9.998	1,000	9.998	1,000	9.998
	Sogei	39.966	39.966	100		39.966	1,000	39.966	1,000	39.966
	BCA	10.710	10.710	100		10.710	0,400	4.284	0,600	6.426
	B.I.A	23.060	23.060	100		23.060	1,000	23.060		23.060
	B.I.A	1.500	7.500	100		7.500	1,000	7.500		
	Sub-total							84.808		79.450
	Total geral							470.027		472.250

(mCVE)

**DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS
EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECCOES)**

Anexo 2

Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2014 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2015 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	6.000	20.025	1.000	15.025
Não Vida	0	0		
Acidentes e Doença	138.262	25.677	111.055	-1.530
Incendio e outros danos	29.583	14.671	100.640	85.729
Automovel	483.409	277.074	428.404	222.069
Transportes	71.332	77.244	10.630	16.542
Responsabilidade civil geral	5.535	4.228	8.140	6.833
Diversos	0	1.515	35.063	36.578
Total	728.121	400.409	693.933	366.221

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

(mCVE)

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Anexo 3

Ramos/Grupos de Ramos	Montantes pagos (Prestações) (1)	Montantes pagos (Custos de gestão de sinistros imputados) (2)	Variacao da provisao para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Acidentes e Doença	25.677	6.627	-9.475	22.829
Incendio e outros danos	14.671	1.087	70.911	86.669
Automovel	277.074	55.407	-83.770	248.711
Transportes	77.244	807	-60.650	17.401
Responsabilidade civil geral	4.228	1.894	2.605	8.727
Diversos	1.515	714	4.507	6.736
Total	400.409	66.535	-75.872	391.072

(mCVE)

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Ramos/Grupos de Ramos	Premios e s/adicionais emitidos (1)	Variacao da provisao para Premios não Adquiridos (2)	Premios e s/adicionais adquiridos (3)=(1)-(2)	Custos de exploração brutos (4)	Saldo de resseguro cedido (b) (5)
Seguro Directo					
Acidentes e Doença	195.461	-2.429	-197.889	112.806	18.345
Incendio e outros danos	216.663	-790	-217.454	60.512	68.509
Automovel	551.622	5.204	-546.418	237.367	120.123
Transportes	75.478	1.628	-73.851	9.400	3.427
Responsabilidade civil geral	87.045	3.564	-83.481	5.839	56.405
Diversos	14.537	476	-14.061	3.025	0
Total	1.140.807	7.653	-1.133.154	428.949	266.809
Resseguro Aceite	0	0		0	0
Total geral	1.140.807	7.653	-1.133.154	428.949	266.809

(mCVE)

17. Relatório do Auditor Externo

Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração da Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.

Relatório sobre as Demonstrações Financeiras

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (“Garantia” ou “Companhia”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 2.848.037 milhares de escudos cabo-verdianos e um total de Capital Próprio de 1.059.312 milhares de escudos cabo-verdianos, incluindo um Resultado Líquido de 106.612 milhares de escudos cabo-verdianos, as Contas de Ganhos e Perdas, as Demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, de Variações do Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector segurador, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção

material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela Companhia a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia.

4. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. em 31 de Dezembro de 2015, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o sector segurador.

Lisboa, 15 de Março de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

18. Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas e
Exmo. Conselho de Administração da
GARANTIA-Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA

1. O Fiscal Único da GARANTIA-Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA (adiante Companhia), dando cumprimento ao estipulado no artigo 446º do Código das Empresas Comerciais e no artigo 19º do Estatuto, apresenta a V. Exas. o seu Relatório referente ao exercício de 2015.
2. O Fiscal Único acompanhou as atividades de gestão da Companhia, na periodicidade que entendeu conveniente, através de contactos de carácter informativo com a Comissão Executiva e tomando conhecimento das principais decisões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Comissão Executiva, lavradas nas Atas das respetivas reuniões, bem como através de documentos relevantes, tais como balancetes e demonstrações financeiras.
3. O Fiscal Único procedeu às verificações que entendeu necessárias, tendo solicitado e obtido esclarecimentos sobre o curso das atividades da Companhia e relativos à implementação das principais decisões dos órgãos sociais, nada tendo observado em contrário às práticas de gestão geralmente aceites e que pudesse constituir de alguma forma um incumprimento deliberado das disposições legais e estatutárias.
4. O Fiscal Único analisou as demonstrações financeiras da Companhia, que integram o Relatório e Contas do Conselho de Administração, constituídas pelo Balanço em 31 Dezembro 2015, e pela Conta de Ganhos e Perdas, Demonstração dos Resultados e de Outros Rendimentos Integral, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Variações do Capital Próprio e o Anexo, relativas ao exercício findo na mesma data, bem como o adjunto Relatório dos auditores externos Ernst & Young-Audit & Associados, SROC, S.A., sem reservas ou ênfases, e que se dá aqui como integralmente reproduzido.
5. O Fiscal Único apreciou o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e pôde constatar que o mesmo reflete o conteúdo das demonstrações financeiras e satisfaz, no fundamental, os requisitos legais da sua elaboração, estipulados no artigo 164º do Código das Empresas Comerciais.
6. Nesta conformidade, o Fiscal Único emite o seu Parecer no sentido de o Relatório e Contas do Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2015, e a proposta de aplicação dos resultados, poderem ser aprovados pela Assembleia-geral.
7. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração da GARANTIA-Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA a colaboração prestada no exercício das suas atribuições.

Praia, 16 de Março de 2016

O Fiscal Único



Dr. João Marcos Alves Mendes
Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4



GARANTIA

SEGUROS

JUNTOS POR UM FUTURO SEGURO

GARANTIA - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.
Sede Chã de Areia, C.P. 138 Praia, Cabo Verde, NIF: 200110322
Telefone:(238)2608600 Fax:(238)2616117
Capital Social 400.000.000 CVE
garantia@garantia.cv